



Recortes de Imprensa

Junho 2011

apoio



«Discurso Directo»: agressões violentas entre jovens. Comente

Participe através do telefone 21 044 11 45

Por: tvi24 / PB | 26- 5- 2011 13: 17

Imagens divulgadas esta semana de duas jovens a agredirem outra rapariga chocaram o país. As imagens, filmadas por outros jovens e divulgadas no Facebook, lançaram a discussão pública sobre a violência juvenil.

O «Discurso Directo» desta quinta-feira vai falar sobre a violência entre jovens. Para tal, contamos com a presença em estúdio de João Rucha Pereira, criminalista, mestre em psicologia criminal e membro da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Contamos também com a sua opinião. Este caso terá aberto uma janela para um mundo da violência entre jovens? Ou será apenas um caso marginal? Há responsáveis para além dos menores? Ligue para o **21 044 11 45**.

Linha telefónica e site lutam contra os perigos da navegação virtual

Terça, 31 Maio 2011 09:38



O projeto, lançado pela Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação visa alertar jovens e pais para os perigos da navegação na Internet.

A Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI) vai lançar amanhã, quarta-feira, a Linha Ajuda, um serviço de atendimento telefónico e online, anónimo e confidencial para sensibilizar jovens e pais para os perigos da navegação na Internet.

"A Linha Ajuda surge para informar e apoiar, de forma anónima e confidencial, na utilização das tecnologias de informação e comunicação para que crianças e jovens desfrutem das potencialidades existentes nos serviços em linha reduzindo os riscos", explicou a presidente da FDTI, Patrícia Leão. O projeto "consiste num serviço de atendimento telefónico e online para crianças, jovens, pais e professores, criado com o objetivo de sensibilizar para a prevenção na navegação online apelando à consciência e à educação". O "constante avanço tecnológico" e o crescimento de questões que envolvem a

temática da "segurança na Internet" foram as razões que estiveram na origem da concretização da Linha Ajuda.

No caso de serem reportadas "ocorrências graves", a equipa fará o encaminhamento para as entidades competentes, como a Associação de Apoio à Vítima (APAV), o Instituto de Apoio à Criança (IAC) ou a Polícia Judiciária (PJ), entre outras". O serviço Linha Ajuda funcionará através do número de telefone 808 919 090, disponível aos dias úteis das 14:00 às 19:00, do site <http://linhaajuda.internetssegura.pt> e do endereço de correio eletrónico linhaajuda@internetssegura.pt.



Agressões entre adolescentes. As mulheres agora batem como homens

Investigador admite que padrões de violência feminina podem estar a mudar. Sociedade terá culpas: tem sido demasiado condescendente com comportamentos violentos

SÍLVIA CANECO
silvia.caneco@ionline.pt

Dois casos em menos de uma semana fizeram soar os alarmes. Primeiro foi Filipa, 13 anos, pontapeada brutalmente em todo o corpo, inclusivamente no rosto e na cabeça, por uma rapariga de 15 e outra de 16. Depois foi Bruna, 14 anos, agredida 17 vezes com um x-acto por uma rapariga de 17, em Mem Martins. Os jovens estão mais violentos? Foi tudo um alarme provocado por uma intensa atenção dos *media*? Ou a sociedade tem estado de olhos fechados para a violência juvenil?

Jorge Negreiros, professor na Universidade do Porto e investigador com vários estudos publicados sobre delinquência juvenil, admite que a sociedade pode ter culpas: poderá ter sido "demasiado condescendente" com estes actos de violência entre adolescentes. Porque são miúdos e é normal baterem, porque sempre

aconteceu, porque "foram apenas uns pontapezitos". O facto de se terem levantado várias vozes contra a aplicação da prisão preventiva à agressora de 16 anos – medida que muitos entenderam ser demasiado severa para um caso de agressão e contra uma jovem sem antecedentes criminais – é um sinal de que "temos essa complacência com a violência e de que tendemos a banalizá-la". Na perspectiva do investigador, a melhor maneira de combater estes incidentes é ter tolerância zero. "Devemos transmitir uma mensagem muito clara aos jovens de que a violência é um comportamento moralmente reprovável, pelas consequências que tem e pelo carácter hediondo que essas manifestações de agressividade revestem."

Estudos feitos em diferentes latitudes demonstram que os perpetradores de violência juvenil são sobretudo do sexo masculino. Nestes dois episódios, as agressoras eram raparigas. E nos dois inci-

dentos, os métodos usados e a violência empregada foram mais parecidos a agressões entre rapazes do que a coisas de miúdas. Num caso, pontapés por todo o corpo com uma enorme violência. No outro, 17 facadas de x-acto, que levaram o corpo da vítima a ser costurado com cem pontos. O investigador Jorge Negreiros revela que já começam a existir estudos sobre violência no feminino que mostram que "o padrão clássico pode estar a alterar-se" e que "formas de violência

mais graves estão a ser perpetradas por raparigas".

Estão as raparigas a bater como homens? Não eram elas que só sabiam puxar os cabelos? A mudança dos modelos femininos nos filmes e nas séries de televisão, "com a mulher a assumir papéis de maior violência que no passado", pode explicar o fenómeno. Mas Jorge Negreiros frisa: a violência é sempre um comportamento multideterminado. Cátia Rodrigues, psicóloga da Associação de Apoio à Vítima (APAV), também entende ser necessária cautela na interpretação das agressões que na última semana se tornaram notícia. "Naqueles dois casos, as mulheres usaram, de facto, de uma extrema violência, mas não temos dados que nos permitam generalizar." No entanto, a psicóloga admite que a tão criticada violência gratuita nas televisão não pode ser esquecida. "Basta recuarmos 20 anos para compararmos os desenhos animados de antes e de agora. Antes

Número

11,5%

Foi quanto cresceu a delinquência juvenil em 2010, de acordo com dados do RASI.



Um dos casos mais falados nos últimos dias foi a agressão a Bruna, 14 anos. Foi esfaqueada 17 vezes com um x-acto por outra jovem à porta da casa de um amigo (na foto)

FILIPPE CASACA

Violência juvenil

Um estudo de 2001 de Margarida Matos e Susana Carvalhosa, baseado em inquéritos a 6903 alunos, traça um retrato da violência juvenil e refere que os jovens envolvidos em actos de violência tinham consumido drogas no mês anterior à realização do inquérito.

25,7%

Mais de um quarto admite ter estado envolvido em episódios de violência no papel de vítima ou de agressor.

58%

Maioria das vítimas de violência, de acordo com o estudo, é do sexo masculino.

19%

Nos meses anteriores ao inquérito, quase um quinto dos inquiridos tinha estado envolvido em comportamentos violentos.

16%

Percentagem de vítimas oriundas de famílias monoparentais. 10% dos agressores tinham famílias reconstruídas.

eram muito mais ingénuos. Não se viam mulheres e homens a bater, mas sim super-homens a saltar da janela."

FACTORES DE RISCO A pedopsiquiatra Beatriz Pena tem uma visão dura: a violência entre adolescentes não é um fenómeno novo. É até "um tema recorrente nas consultas". A pedopsiquiatra acredita que a atenção dada pelos *media* contribui para o alarme, mas vê as notícias como um mal necessário. "Não se pode fazer disto um caso como o da cegonha. É bom que a população esteja informada e atenta, porque casos destes, como os casos de bullying, podem ter consequências gravíssimas."

Os especialistas não duvidam que a investigação do passado destes jovens revelaria factores de risco, como famílias disfuncionais, com fraca capacidade de supervisão dos filhos e de dar afecto. Jorge Negreiros explica que os estudos sobre carreiras delinquentes levam alguns autores a falar de uma síndrome de comportamentos-problema: insuficiência escolar, consumo de drogas, actividade sexual precoce.

Para a psicóloga Cátia Rodrigues, os episódios apontam para "uma grande falta de valores morais" e para uma "sociedade permissiva". A exibição da primeira agressão nas redes sociais agrava o acto. "É um incentivo à violência, uma humilhação e uma atitude de quem não sente a mínima culpa." Beatriz Pena explica que a culpa tende a aparecer numa fase posterior. No entanto, "distúrbios de personalidade frequentes nestes agressores podem levar a que os remorsos nunca apareçam".

Agressão a jovem de 13 anos. Segunda agressora foi internada em centro educativo

Fica em regime semiaberto, ou seja, pode ser autorizada a sair do centro sem acompanhamento e passar períodos de férias com os pais ou o representante legal

A segunda protagonista das agressões violentas a uma adolescente de 13 anos, junto ao Centro Comercial Colombo, em Lisboa, já está internada num centro educativo da área de Lisboa. O Tribunal de Família e Menores de Loures concordou com a proposta do Ministério Público e aplicou a medida tutelar educativa de internamento num centro educativo em regime semiaberto.

Chegou a ser noticiado que Raquel, de 15 anos, estaria desaparecida, mas na segunda-feira, tendo nas mãos um mandado de detenção assinado por um juiz, a PSP contactou a menor, que viria a comparecer na esquadra acompanhada da avó.

A agressora de 15 anos passará a frequentar as actividades educativas e de tempos livres no interior daquele centro, mas pode ser autorizada a frequentar no exterior actividades escolares ou desportivas. Nestes casos, poderá sair sem acompanhamento, embora normalmente as saídas sejam acompanhadas por técnicos de intervenção educativa. Raquel terá também a possibilidade de passar férias fora do centro, desde que seja na companhia dos "pais, representante legal, pessoa que tenha a sua guarda de facto ou outras pessoas idóneas".

O internamento em regime semiaberto, de acordo com a Lei Tutelar Educativa, é aplicável quando o jovem comete crimes de maior gravidade puníveis com pena de prisão superior a três anos. A duração mínima do internamento é de três meses, a máxima de dois anos. Sempre que se verifica "especial perversidade", o crime de ofensas corporais graves é punível com pena de três a 12 anos de prisão. A medida de internamento é obrigatoriamente revista seis meses depois de começar a ser aplicada.

Raquel é a terceira pessoa envolvida na agressão a ser detida. A outra rapariga de 16 anos que pontapeou e arrastou pelo chão a jovem de 13 e o rapaz de 18 anos que filmou a agressão e não prestou socorro estão em prisão preventiva desde sábado por decisão do juiz de instrução criminal. Por razões de idade, a co-autora das agressões não pode ser considerada imputável, e por isso não pode responder criminalmente.

No âmbito do inquérito tutelar educativo, a jovem "será sujeita a exame à personalidade, da competência dos técnicos da Direcção-Geral de Reinserção Social", sublinhou a Procuradoria Distrital de Lisboa em comunicado. S. C.



A agressão ocorreu na zona de Benfica

Quarta-feira, 01 de Junho de 2011

Portugal cria fórum para infância e juventude



dia da criança

O Dia Mundial da Criança foi assinalado, em Lisboa, com a criação de um fórum sobre os direitos das crianças e da juventude que conta com o compromisso de cerca de 20 instituições nacionais.

O objetivo deste Fórum é contribuir para a defesa e promoção dos direitos sociais, culturais, económicos, civis e políticos das crianças e dos jovens, indispensáveis ao seu desenvolvimento integral. Este grupo de reflexão alargado funcionará como um espaço de diálogo, intercâmbio de ideias, saberes e pontos de vista.

A carta de compromisso foi assinada esta quarta-feira por representantes as duas dezenas de instituições entre as quais se encontram a AML, a Amnistia Internacional, a Cruz Vermelha, a UNICEF Portugal, o Instituto Português da Juventude e a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR).

À margem da cerimónia, Armando Leandro, presidente da CNPCJR e juiz conselheiro, sublinhou que "o futuro da humanidade passa por "uma infância de qualidade".

Violência entre jovens não aumentou

O presidente da CNPCJR comentou ainda as agressões recentes a duas jovens, considerando que as mesmas não refletem necessariamente um aumento deste tipo de casos. "Simplesmente a sociedade sinaliza mais e isso é importante", referiu.

A esse respeito, o juiz conselheiro sublinha também que é fundamental que o direito das crianças e dos jovens "ao amor" seja acompanhado de valores como o respeito e a disciplina, para que o "sentido do outro se cumpra".

Dia mundial e declaração dos direitos das crianças

O Dia Mundial da Criança foi celebrado pela primeira vez há 61 anos, no ano 1950, e surgiu devido à necessidade de apoiar milhares de crianças que tinham ficado órfãs durante a Segunda Guerra Mundial.

Quatro anos depois, a Assembleia- Geral das Nações Unidas recomendou a vários países a instituição de um dia dedicado às crianças, com o objectivo de promover o bem-estar das crianças no mundo, bem como os ideais e objetivos da Carta das Nações Unidas.

A 20 de Novembro de 1959 foi então assinada a Declaração dos Direitos da Criança, uma lista com dez direitos e liberdades "com vista a chamar a atenção dos pais, enquanto homens e mulheres, das organizações voluntárias, autoridades locais e Governos nacionais, para o reconhecimento dos direitos" das crianças.

Esta ficou a data oficial do Dia Internacional da Criança. No entanto, a data efetiva de comemoração varia de país para país. Em Portugal, o dia das crianças é festejado no dia 1 de junho, pois maio, o mês precedente, homenageia Maria, mãe de Jesus. O dia da criança foi comemorado, pela primeira vez, no mundo inteiro, a 1 de Junho de 1950.

Associações de protecção à criança e aos jovens criam fórum de cooperação

por Ana Tomás, Publicado em 01 de Junho de 2011

Fotografia



O **Dia Mundial da Criança** foi assinalado por **19 associações portuguesas**, que assinaram, esta manhã, em Lisboa, uma **carta de compromisso**, no âmbito do **Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens**. O objectivo é cooperar, através de uma plataforma de diálogo e reflexão, com vista a elaborar propostas e acções que contribuam para a promoção da defesa e dos **direitos das crianças e dos jovens** e para a prevenção de situações de desprotecção e perigo.

A cerimónia contou com a presença, entre outras, de **Maria Barroso**, **Manuela Ramalho Eanes** e **Madalena Marçal Grilo**, representantes de algumas entidades subscritoras da carta de compromisso, que junta associações como a **Amnistia Internacional**, a **AMI**, a **APAV**, o **Instituto de Apoio à Criança**, o **Comité Português para a UNICEF** ou a **Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR)**.

Armando Leandro, presidente da **CNPCJR** e **juiz conselheiro**, disse, à margem da cerimónia, que este fórum “está aberto à comunidade” e que este compromisso de cooperação vai permitir aprofundar o conhecimento da realidade. “Está muita coisa feita, mas também ainda há muito por fazer”, referiu, acrescentando que o futuro da humanidade passa por “uma **infância de qualidade**”.

O presidente da **CNPCJR** comentou ainda as **agressões** recentes a duas jovens, considerando que as mesmas não reflectem necessariamente um aumento deste tipo de casos. “Simplesmente a sociedade sinaliza mais e isso é importante”, referiu. Para o **juiz conselheiro**, é também cada vez mais indispensável que o direito das crianças e dos jovens “ao amor” seja acompanhado de valores como o respeito e a disciplina, para que o “sentido do outro se cumpra. Toda a criança tem direito à educação, à não-violência e à segurança”, sublinhou.



Linha telefónica e site sensibilizam jovens para perigos da 'net'

A Linha Ajuda, um serviço de atendimento telefónico e online, anónimo e confidencial, é lançado na quarta-feira para sensibilizar jovens e pais para os perigos da navegação na Internet.

"A Linha Ajuda surge para informar e apoiar, de forma anónima e confidencial, na utilização das tecnologias de informação e comunicação para que, crianças e jovens, desfrutem das potencialidades existentes

nos serviços em linha reduzindo os riscos", explicou à agência Lusa a presidente da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI), Patrícia Leão.

O projeto, implementado pela FDTI, "consiste num serviço de atendimento telefónico e online para crianças, jovens, pais e professores, criado com o objetivo de sensibilizar para a prevenção na navegação online apelando à consciência e

à educação".

A necessidade de criar este serviço surgiu na sequência do "constante avanço tecnológico" e do "grande crescimento de questões envolvendo a temática da segurança na Internet, da acessibilidade a conteúdos de risco, aliciamento e cyberbullying".

Patrícia Leão lembra que este serviço "está igualmente preparado para tratar assuntos relativos à utilização se-

gura das tecnologias em linha, incluindo problemas relacionais no seio familiar ou entre pares, 'cyberbullying' e exploração imprópria e indigna das crianças e jovens".

Caso sejam reportadas "ocorrências graves", a equipa da Linha Ajuda "encaminhará as mesmas para as entidades competentes, como a Associação de Apoio à Vítima (APAV), o Instituto de Apoio à Criança

(IAC) ou a Polícia Judiciária (PJ), entre outras".

O serviço Linha Ajuda funciona através do número de telefone 808 919 090, disponível nos dias úteis das 14:00 às 19:00, do site <http://linhaajuda.internetsegura.pt> e do endereço de correio eletrónico linhaajuda@internetsegura.pt.

A Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação foi constituída em outubro de 1991 pelo Instituto

Português da Juventude e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, com o objetivo de difundir conhecimentos técnicos e científicos, nomeadamente os que respeitam às tecnologias de informação e comunicação, como meio de contribuir para preparar, formar e apoiar a comunidade e em especial os jovens, no sentido de responder aos desafios da sociedade contemporânea.

**Menores****Assinada carta de
compromisso pelos
direitos das crianças**

● Várias instituições de apoio social assinam hoje uma Carta de Compromisso que formaliza a criação do Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens, uma plataforma de reflexão, debate e partilha de informações sobre os direitos dos menores. O objectivo é “contribuir para a defesa e promoção dos direitos” das crianças e dos jovens, segundo o texto da carta que será assinada esta manhã em Lisboa. O projecto integra entidades como a AMI, a Cruz Vermelha, a APAV e o Instituto Português da Juventude.



Fugas

O Dia da Criança é para celebrar todos os dias



Noma

Os homens por detrás do melhor restaurante do mundo



Viagem

Os cavalos-marinhos e praias de Pernambuco

PUB



JORNAL DO DIA | VÍDEOS | MULTIMÉDIA | INFOGRAFIAS | BLOGUES | DOSSIERS |

| LOJA | ASSINATURAS | CONTACTOS | CLASSIFICADOS | INICIATIVAS | METEO

🏠 MUNDO | POLÍTICA | ECONOMIA | DESPORTO | SOCIEDADE | EDUCAÇÃO | CIÊNCIAS | ECOSFERA | CULTURA | LOCAL | MEDIA | TECNOLOGIA | MAIS

Carta de compromissos em nome dos direitos dos mais jovens é assinada amanhã

31.05.2011 - 18:54 Por Ana Rita Duarte

Votar ★★★★★ | 0 votos ★★★★★

21 de 25 notícias em Sociedade « anterior seguinte »

Amanhã, quarta-feira, várias instituições de apoio e protecção social vão assinar uma carta de compromissos, formalizando assim o “Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens”. O objectivo é “contribuir para a defesa e promoção dos direitos sociais, culturais, económicos, civis e políticos das crianças e dos jovens”.

Segundo a carta de compromissos a que o PÚBLICO teve acesso, o fórum "reflectirá e elaborará propostas de políticas, medidas e acções potenciadoras da defesa e promoção" dos direitos dos mais jovens, "intensificará os esforços de sensibilização e promoção de políticas, estratégias e acções" e "consciencializará o cidadão" de forma a "encarar a criança como sujeito de direito".

Esta carta de compromissos será assinada por diversas instituições, nomeadamente a AML, Cruz Vermelha Portuguesa, Fundação do Gil, Fundação Aragão Pinto, Instituto Português da Juventude e Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Todas as entidades deverão, anualmente, "elaborar um plano de acções conjuntas, partilhar a informação sobre as acções" de cada uma instituição, "promover o debate, sobre temas relacionados com a temática" e "dinamizar estratégias e acções que facilitem a concretização dos fins acordados" na Carta de Compromissos.

O "Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens" foi criado a 20 de Novembro de 2008 e juntou várias entidades até o mesmo dia do ano seguinte. Esta "plataforma informal" foi criada para a "celebração do 50º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança e do 20º aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças", pode ainda ler-se na Carta de Compromissos. Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, foi o impulsionador desta plataforma.

Esta "união de sucesso", que resultou na organização de vários eventos ao longo do ano e que permitiu "um conhecimento mútuo e uma partilha de recursos, esforços e saberes", levou à assinatura da Carta de Compromissos.

Na mesma ocasião, será ainda lançado o Prémio de Jornalismo "Os Direitos da Criança em Notícia", no valor de 7000 euros, que será atribuído a jornalistas nacionais que realizem trabalhos sobre esta temática.

Daniel Cotrim explica que o número de crianças e jovens vítimas de crimes tem vindo a aumentar, nomeadamente em situações de violência doméstica e abuso sexual. Se por um lado, este aumento demonstra que a sociedade portuguesa ainda não está "completamente desenvolvida", pode também significar uma "sociedade mais sensibilizada" que apresenta queixa com maior facilidade.



Criança: Entidades juntam-se para defender direitos e realçam necessidade de conhecer situação em Portugal (C/ ÁUDIO e VIDEO)

Autor:

Data de Publicação: Jun 1, 2011 1:30 PM

Última actualização: Jun 1, 2011 3:09 PM

Lisboa, 01 jun (Lusa) - Duas dezenas de entidades comprometeram-se hoje a trabalhar em parceria, trocar experiências, reflectir e apresentar propostas para defender a criança, realçando a necessidade de conhecer e ter dados sobre a realidade dos mais novos em Portugal.

*** Serviço áudio e vídeo disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 01 jun (Lusa) - Duas dezenas de entidades comprometeram-se hoje a trabalhar em parceria, trocar experiências, reflectir e apresentar propostas para defender a criança, realçando a necessidade de conhecer e ter dados sobre a realidade dos mais novos em Portugal.

O grupo chama-se Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens, nasceu de uma plataforma criada em 2009 e pretende "acentuar a parceria entre as várias instituições da sociedade civil para, em colaboração com todas entidades responsáveis pela divulgação dos direitos da criança, dar um novo ânimo e um novo impulso a este esforço comunitário para levar à vida concreta de cada criança os direitos que já lhe reconhecemos", como resumiu Armando Leandro.

O presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco falava aos jornalistas no final da cerimónia de assinatura do compromisso, que decorreu hoje, simbolicamente no Dia Mundial da Criança.

Aquela é uma das 20 entidades do Fórum, numa lista onde estão o Instituto de Apoio à Criança, Fundação do Gil, Comité Português para a UNICEF, Fundação Pro-Dignitate, Escola Superior de Educação de Lisboa, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, ou Câmara Municipal de Lisboa (CML).

"Sabemos que está muito feito, mas também sabemos que há muito por fazer e, por isso, esta ideia de parceria pondo a criança no centro" da concretização, de modo a aumentar a sinergia e a eficácia, salientou Armando Leandro.

"Há necessidade de um conhecimento mais profundo sobre a criança e de melhorar as nossas estatísticas", defendeu.

Para o presidente da Comissão, "cada comunidade tem de conhecer as suas crianças, quantas crianças temos, quantas famílias temos, quais os problemas que ainda é necessário resolver, o que está feito, o que falta fazer, quais os factores de protecção e de risco".

Para Armando Leandro, é necessário atuar junto das populações "com maior vulnerabilidade, saber reparar e ajudar as pessoas a sentir que é indispensável sinalizar os casos de perigo, uma forma de ajudar a criança e contribuir com uma cidadania ativa".

A importância do trabalho em parceria também foi realçado pela presidente do Instituto de Apoio à Criança (IAC), Manuela Eanes, que destacou aos jornalistas a possibilidade de serem feitas "propostas concretas que possam traduzir-se em condições melhores para que crianças tenham mais bem estar mais dignidade e mais alegria".

Manuela Eanes concordou com a necessidade de ter dados para a caracterização da criança recordando que Portugal foi dos primeiros países a assinar a Convenção dos Direitos das Crianças e comprometer-se a apresentar nas Nações Unidas periodicamente um relatório elaborado por "uma comissão constituída pelo Estado e por várias organizações não governamentais".

O último relatório sobre a situação da criança em Portugal e os avanços realizados, "foi apresentado há 15 anos. Estamos em falta", salientou a presidente do IAC.

Durante a cerimónia, a representante da CML, Helena Roseta disse que Lisboa "deve ser uma cidade que não esteja contra as pessoas, contra as crianças" e reconheceu que ainda há trabalho a fazer pois a cidade "está em risco se não tiver crianças".

EA.

Lusa/Fim

© Impresa, Lisboa, Portugal

Portugal criou fórum para infância e juventude

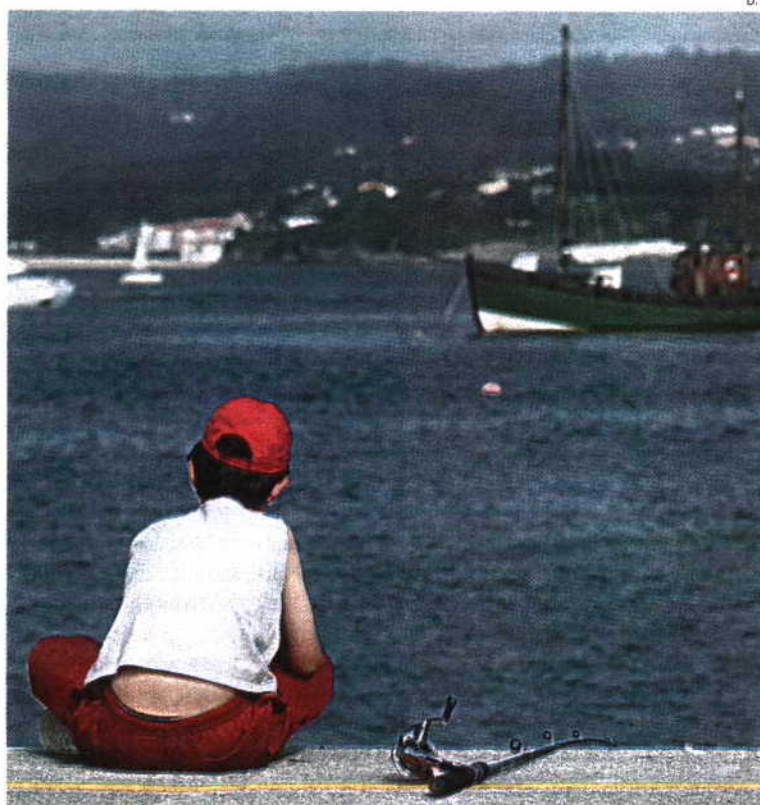
Compromisso foi assinado, ontem, por de cerca de 20 instituições nacionais • Primeira celebração desta data está à distância de 61 anos

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

O Dia Mundial da Criança foi celebrado pela primeira vez há 61 anos, mais precisamente em 1950, e surgiu devido à necessidade de apoiar milhares de crianças que tinham ficado órfãs durante a Segunda Guerra Mundial. E ontem, em Lisboa, o Dia Mundial da Criança foi assinalado com a criação de um fórum sobre os direitos das crianças e da juventude que conta com o compromisso de cerca de uma vinte de instituições nacionais.

O objectivo deste fórum consiste numa contribuição para a defesa e promoção dos direitos sociais, culturais, económicos, civis e políticos das crianças e dos jovens, indispensáveis ao seu desenvolvimento integral. Este grupo de reflexão alargado funcionará como um espaço de diálogo, intercâmbio de ideias, saberes e pontos de vista.

A respectiva carta de compromisso foi assinada ontem por representantes das duas dezenas de instituições, entre as quais se encontram a AMI, a Amnistia Internacional, a Cruz Vermelha, a UNICEF Portugal, o Instituto Português da Juventude e a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR).



«As crianças são a melhor coisa do mundo» é frase nascida depois do 25 de Abril

O juiz e presidente da CNPCJR, Armando Leandro, sublinhou que o «futuro da humanidade passa por uma infância de qualidade.»

A 20 de Novembro de 1959 foi então assinada a Declaração dos Direitos da Criança, uma lista com dez direitos e liberdades «com vis-

ta a chamar a atenção dos pais, enquanto homens e mulheres, das organizações voluntárias, autoridades locais e Governos nacionais, para o reconhecimento dos direitos» das crianças.

O dia da criança foi comemorado, pela primeira vez, em todo o mundo, a 1 de Junho de 1950.

quinta-feira, 2 de Junho de 2011 | 18:38

 [Imprimir](#)  [Enviar por Email](#)

Guimarães: Pena suspensa para homem que agrediu a mulher

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

Diário Digital / Lusa



Guimarães: Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

Ontem

Guimarães, 02 jun (Lusa) - O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

Este texto da agência Lusa foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

FERRAMENTAS



REDES SOCIAIS



GUIMARÃES

Pena suspensa para homem que agrediu a mulher

por Lusa Ontem

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

No caso do tribunal manter o crime de violência doméstica, o arguido pedia uma pena "reduzida ao mínimo" e "sem subordinação a nenhuma condição". A Relação indeferiu o recurso e manteve a pena. De acordo com os factos dados como provados pelo tribunal, o arguido, a 31 de maio de 2008, "desferiu, de forma sucessiva e sistemática, um número não concretamente apurado de sapatadas na cara" da mulher, no interior da residência do casal.

Na madrugada de 01 de Junho, igualmente em casa, o arguido desferiu, de novo, "um número não concretamente apurado de chapadas na cara da ofendida, pedindo-lhe que admitisse que tinha um amante". "A ofendida, para que o arguido parasse com tais agressões, acabou por dizer ao arguido - conforme era desejo deste - que 'tinha amantes'. Então, o arguido, ainda mais violento, desferiu pontapés na cabeça e murros dispersos pelo corpo da ofendida", refere ainda a sentença do tribunal. Estas últimas agressões só cessaram com a intervenção de um filho do casal.

Segundo o tribunal, desde, pelo menos, 2006, que o arguido, emigrado em Espanha, tinha dúvidas quanto à fidelidade da ofendida. A mulher saiu de casa, tendo estado acolhida durante nove meses numa Casa Abrigo. A 18 de Novembro do mesmo ano, na Vara Mista de Competência Mista de Guimarães, onde se deslocara para tratar do processo de divórcio litigioso, a mulher foi insultada pelo arguido, que "também a tentou agredir com as mãos", gritando que a matava.

Populares e agentes da PSP que ali se encontravam impediram-no de "concretizar na sua plenitude os seus intentos", apenas tendo atingido "de leve" a cara da mulher. O homem detinha, em casa, duas pistolas e várias munições ilegais, que foram apreendidas pela GNR.

ACTUALIDADE

Guimarães: Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

Lusa

18:38 Quinta feira, 2 de junho de 2011

Guimarães, 02 jun (Lusa) - O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

Guimarães: Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

Publicado em 02 de Junho de 2011

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

*** Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico ***

02-06-2011 - 19:02h

Marido condenado por espancar mulher em liberdade

Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa

Redacção / CLC



O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.



LEIA MAIS:

- » [Rapaz de 13 anos esfaqueia mãe por causa de Playstation](#)
- » [GNR detém suspeito de violência doméstica com seis armas](#)
- » [Violência doméstica «tem diminuído em Portugal»](#)
- » [Mais pessoas procuraram o apoio da APAV em 2010](#)
- » [Aplicadas 29 pulseiras electrónicas em casos de violência doméstica](#)

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples. No caso do tribunal manter o crime de violência doméstica, o arguido pedia uma pena «reduzida ao mínimo» e «sem subordinação a nenhuma condição».

A Relação indeferiu o recurso e manteve a pena.

De acordo com os factos dados como provados pelo tribunal, o arguido, a 31 de maio de 2008, «desferiu, de forma sucessiva e sistemática, um número não concretamente apurado de sapatadas na cara» da mulher, no interior da residência do casal.

Na madrugada de 01 de Junho, igualmente em casa, o arguido desferiu, de novo, «um número não

concretamente apurado de chapadas na cara da ofendida, pedindo-lhe que admitisse que tinha um amante».

«A ofendida, para que o arguido parasse com tais agressões, acabou por dizer ao arguido - conforme era desejo deste - que tinha amantes. Então, o arguido, ainda mais violento, desferiu pontapés na cabeça e murros dispersos pelo corpo da ofendida», refere ainda a sentença do tribunal.

Estas últimas agressões só cessaram com a intervenção de um filho do casal. Segundo o tribunal, desde, pelo menos, 2006, que o arguido, emigrado em Espanha, tinha dúvidas quanto à fidelidade da ofendida.

A mulher saiu de casa, tendo estado acolhida durante nove meses numa Casa Abrigo.

A 18 de Novembro do mesmo ano, na Vara Mista de Competência Mista de Guimarães, onde se deslocara para tratar do processo de divórcio litigioso, a mulher foi insultada pelo arguido, que «também a tentou agredir com as mãos», gritando que a matava.

Populares e agentes da PSP que ali se encontravam impediram-no de «concretizar na sua plenitude os seus intentos», apenas tendo atingido «de leve» a cara da mulher. O homem detinha, em casa, duas pistolas e várias munições ilegais, que foram apreendidas pela GNR.

Guimarães: Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

02 de Junho de 2011, 18:38



Guimarães, 02 jun (Lusa) - O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.



ID: 35789094

02-06-2011

Direitos das Crianças e dos Jovens

CNIS integra novo Fórum

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) subcreveu, no dia 1 de Maio, em Lisboa, a Carta de Compromisso com vista à criação do Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos Jovens.

Segundo nota enviada à Agência ECCLESIA pela instituição presidida pelo padre Lino Maia, o objectivo prioritário da nova plataforma é "contribuir para a defesa e promoção de direitos sociais, culturais, económicos e civis

das crianças e dos jovens, indispensáveis ao seu desenvolvimento integral".

A CNIS junta-se a cerca de duas dezenas de organizações que assinaram o protocolo a 1 de Junho, Dia Mundial da Criança, numa sessão que decorreu no Parque Expo (Rossio dos Olivais).

O Fórum, pretendeu ser "um espaço de diálogo, intercâmbio de ideias, saberes e pontos de vista", elaborando assim "propostas de políticas, medidas e acções

potenciadoras da defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens e da prevenção das situações de desprotecção e perigo", refere o comunicado da CNIS.

A nova parceria, aberta à entrada de novas instituições ou pessoas individuais, visa também consciencializar a população "de que a concretização de uma 'nova cultura' da criança e da infância (...) é um objectivo e responsabilidade de todos".

A plataforma é composta pela Unicef, Instituto de Apoio à Criança, Assistência Médica Internacional, Amnistia Internacional, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Cruz Vermelha, Pro Dignitate, Fundação do Gil, Instituto Português da Juventude, Câmara Municipal de Lisboa e Oikos, entre outros organismos.



**Antevisão da
Pública**
Que país será
Portugal em 2111?



Vídeo
O elogio de Barack
Obama a Souto de
Moura



Vinhos
20 brancos para o
Verão



Guimarães

Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

02.06.2011 - 18:41 Por Lusa

Votar      | 1 votos     14 de 14 notícias em Local [« anterior](#)

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

No caso de o tribunal manter o crime de violência doméstica, o arguido pedia uma pena "reduzida ao mínimo" e "sem subordinação a nenhuma condição".

A Relação indeferiu o recurso e manteve a pena.

De acordo com os factos dados como provados pelo tribunal, o arguido, a 31 de Maio de 2008, "desferiu, de forma sucessiva e sistemática, um número não concretamente apurado de sapatadas na cara" da mulher, no interior da residência do casal.

Na madrugada de 01 de Junho, igualmente em casa, o arguido desferiu, de novo, "um número não concretamente apurado de chapadas na cara da ofendida, pedindo-lhe que admitisse que tinha um amante".

"A ofendida, para que o arguido parasse com tais agressões, acabou por dizer ao arguido - conforme era desejo deste - que 'tinha amantes'. Então, o arguido, ainda mais violento, desferiu pontapés na cabeça e murros dispersos pelo corpo da ofendida", refere ainda a sentença do tribunal.

Estas últimas agressões só cessaram com a intervenção de um filho do casal.

Segundo o tribunal, desde, pelo menos, 2006, que o arguido, emigrado em Espanha, tinha dúvidas quanto à fidelidade da ofendida.

A mulher saiu de casa, tendo estado acolhida durante nove meses numa Casa Abrigo.

A 18 de Novembro do mesmo ano, na Vara Mista de Competência Mista de Guimarães, onde se deslocara para tratar do processo de divórcio litigioso, a mulher foi insultada pelo arguido, que "também a tentou agredir com as mãos", gritando que a matava.

Populares e agentes da PSP que ali se encontravam impediram-no de "concretizar na sua plenitude os seus intentos", apenas tendo atingido "de leve" a cara da mulher.

O homem detinha, em casa, duas pistolas e várias munições ilegais, que foram apreendidas pela GNR.




GUIMARÃES

por © 2011 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

publicado
18:41
02 junho '11

Texto

  fonte  [Leia-me](#)

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

Sexta-feira, 3 Jun

FARMÁCIAS: Lisboa - Farmácia Andrade

TRÂNSITO: Porto



Porto - Rua do Carvalhido

TEMPO: Lisboa



min: 18°C | máx: 29°C

VISÃO

Faça aqui o seu [login / registo](#)

Google Pesquisa Personalizada

RSS

Newsletter

Facebook



[Início](#) [Notícias](#) [Eleições 2011](#) [Caravana](#) [Opinião](#) [VISÃO Verde](#) [VISÃO7](#) [Viagens](#) [Jornal Letras](#) [Cinema](#) [Blogs](#) [Júnior](#) [Assine Já](#)

[Últimas](#) [Portugal](#) [Eleições 2011](#) [Futebol](#) [Mundo](#) [Economia](#) [Sociedade](#) [Cultura](#) [VISÃO Se7e](#)

Convide aos Leitores: [Deixe aqui a sua Opinião](#)

[A a Z](#)

[Iniciativas](#)

[Ricardo Araújo Pereira](#)

[António Lobo Antunes](#)

[Espiral do Tempo](#)

[Investimentos](#)

[Loja](#)

[Página inicial](#) > [Última Hora Lusa](#) > [Guimarães: Vinte meses de prisão, pena ...](#)

Guimarães: Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

Lusa - Esta notícia foi escrita nos termos do Acordo Ortográfico

18:38 Quinta-feira, 2 de Jun de 2011

Guimarães, 02 jun (Lusa) - O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.



CENTRO HOSPITALAR DE TORRES VEDRAS promoveu acção de formação

Os riscos da violência e maus tratos nos adultos

O Grupo de Trabalho na Violência e Maus-Tratos em conjunto com o Centro de Formação do Centro Hospitalar de Torres Vedras (CHTV) organizou, nos dias 25 e 26 de Maio, uma acção de formação com o tema "Risco no adulto e no Idoso: Violência e Maus-Tratos" tendo contado com a presença de vários especialistas nesta área. Nesta formação foram abordados os aspectos médicos, sociológicos, legais e de segurança associados ao fenómeno da violência, com especial enfoque no idoso.

Os temas foram apresentados por especialistas, como foi o caso de Manuel Caldas de Almeida, médico director do Hospital do Mar e professor de Geriatria na Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, abordando o tema "Geriatria e Cuidados Continuados"; Ana-

bela Neves, do Instituto Nacional de Medicina Legal; Luisa Waldherr, em representação Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV); e o tenente-coronel Carlos Luís, coordenador do Núcleo de Apoio a Vítimas Específicas da GNR.

Dirigido a profissionais de saúde de diversas áreas, elementos do Grupo de Trabalho da Violência e Maus-Tratos, este encontro contou com a presença de médicos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas, psicólogos, do CHTV, Centros de Saúde, entre outros. Com a partilha de conhecimentos puderam transmitir experiências, constituindo um grupo multidisciplinar especializado, de forma a sinalizar precocemente as situações e promover o encaminhamento das vítimas. O crescente número de situações detectadas torna cada

vez mais necessária a realização deste tipo de encontros.

O Grupo da Violência e dos Maus-Tratos nasceu em 2005, fruto da necessidade sentida dos diferentes profissionais de saúde se articularem e perspectivarem formação, normas de actuação e intervenção nas diferentes áreas na saúde. Ao longo destes cinco anos, tem vindo a ser desenvolvido múltiplo trabalho na área da violência e dos maus tratos, nas diferentes fases do ciclo de vida, nomeadamente através do Núcleo de Trabalho da Criança e do Adolescente e do Núcleo de Trabalho do Adulto e Idoso. A sensibilização e formação dos profissionais de saúde e a criação de protocolos de actuação nos diferentes serviços, tem sido uma prioridade, que se tornou uma realidade, rapidamente alargada às outras entidades da saúde. ■

Direitos Reservados



▲ CUIDADOS: o hospital de referência da nossa região aposta na formação dos profissionais



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Homem agrediu mulher: condenação confirmada

> redacção/lusa

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, o homem que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido, trabalhador na construção civil, residente no concelho de Guimarães, um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

No caso do tribunal manter o crime de violência doméstica, o arguido pedia uma pena “reduzida ao mínimo” e “sem subordinação a nenhuma condição”.

A Relação indeferiu o recurso e manteve a pena.

De acordo com os factos dados como provados pelo tribunal, o arguido, a 31 de Maio de 2008, “desferiu, de forma sucessiva e sistemática, um número não concretamente apurado de sapatadas na cara” da mulher, no interior da residência do casal.

Na madrugada de 1 de Junho, igualmente em casa, o arguido desferiu, de novo, “um número não concretamente apu-

rado de chapadas na cara da ofendida, pedindo-lhe que admitisse que tinha um amante”.

“A ofendida, para que o arguido parasse com tais agressões, acabou por dizer ao arguido - conforme era desejo deste - que ‘tinha amantes’. Então, o arguido, ainda mais violento, desferiu pontapés na cabeça e murros dispersos pelo corpo da ofendida”, refere ainda a sentença do tribunal.

Estas últimas agressões só cessaram com a intervenção de um filho do casal.

Segundo o tribunal, desde, pelo menos, 2006, que o arguido, emigrado em Espanha, tinha dúvidas quanto à fidelidade da ofendida. A mulher saiu de casa, tendo estado acolhida durante nove meses numa Casa Abrigo.

A 18 de Novembro do mesmo ano, na Vara Mista de Competência Mista de Guimarães, onde se deslocara para tratar do processo de divórcio litigioso, a mulher foi insultada pelo arguido, que “também a tentou agredir com as mãos”, gritando que a matava.

Populares e agentes da PSP que ali se encontravam impediram-no de “concretizar na sua plenitude os seus intentos”, apenas tendo atingido “de leve” a cara da mulher.

O homem detinha, em casa, duas pistolas e várias munições ilegais, que foram apreendidas pela GNR.



JUDICIAL

Relação de Guimarães confirma pena de arguido por violência doméstica

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem vimaranense, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

As cenas de violência doméstica entre um casal que vivia em Polvoreira, começaram em 2008 e o arguido viria a ser condenado, em primeira instância, o ano passado, pelo Tribunal Judicial de Guimarães.

O arguido recorreu da condenação de 20 meses de prisão, pena que agora foi confirmada em segunda instância, pelo Tribunal da Relação de Guimarães que imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

ESCOLA E FAMÍLIA MAIS PRÓXIMAS



Avaliação: ○○○○○ / 0

Fraco ○ ○ ○ ○ ● Bom [Avaliar](#)

Escrito por Filipa Castro Reis

Segunda, 23 Maio 2011 20:14



Entre os dias 16 e 21 de Maio, a Escola Secundária Inês de Castro organizou a Semana da Família 2011, procurando fomentar a ligação escola-família através de momentos lúdicos, educativos e culturais. Durante os dias da semana realizaram-se acções de sensibilização, não só para os pais, mas também para a comunidade, culminando com um dia em cheio na sexta-feira, que contou com a exposição "Do Velho se faz Novo", o Júri de Certificação do Centro de

Novas Oportunidades, seguido do "AnimaESIC" com workshops, jogos, teatralizações e música. Para terminar, à noite, foi debatido um tema pertinente e actual, com uma Conferência a Prevenir o Endividamento Familiar.

Encarando a família como um elemento crucial do êxito escolar e uma pedra angular da formação de todos os indivíduos, a Escola Secundária Inês de Castro, em Canidelo, dedicou toda a semana à família, entre 16 e 21 de Maio.

"O grande objectivo é trazer os pais à escola, através da criação de momentos lúdicos, educativos e culturais", explicou, ao AUDIÊNCIA, Susana de Barros Penha, técnica superior de Educação Social. Um objectivo complicado de alcançar, pois "os pais são poucos participativos e tendem a apenas vir à escola por causa de assuntos que digam respeito directamente aos próprios filhos", lamentou.

Ainda assim, o estabelecimento de ensino encarnou o papel de promotor de políticas e estratégias que promovam a aproximação das famílias à escola e convidou todos os parceiros, amigos e familiares a participarem na Semana da Família.

Acções de sensibilização, workshops, teatralizações e conferências

Durante os dias da semana realizaram-se acções de sensibilização, não só para os pais, mas também para a comunidade, contando com actuações musicais dos alunos do espaço MIMO.

Na segunda-feira, dia 16 de Maio, teve lugar uma "Acção de Sensibilização sobre a Violência Conjugal e Igualdade de Género" realizada pela APAV: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, no dia seguinte, terça-feira, foi a vez de uma "Acção de Sensibilização sobre a Relação Escola-Família" tendo como oradora a psicóloga Milice dos Santos Ribeiro. O AUDIÊNCIA acompanhou este evento, onde a psicóloga declarou que "a família e a escola são dois elementos extremamente importantes do ponto de vista formativo". Tendo em vista enunciar estratégias para envolver os pais na comunidade escolar e torná-los mais participativos na mesma, a acção de sensibilização demonstrou que "os objectivos da escola deixaram de estar só focados na instrução para passarem a assentar na educação, aproximando-se das funções e dos papéis da família".

Depois de quinta-feira ter sido dedicada a uma "Acção de Sensibilização sobre Novo Acordo Ortográfico" com o orador Abel Mota, foi na sexta-feira que se deu o culminar da Semana da Família. "Durante toda a tarde, verificaram-se actividades dinamizadas pela Associação de Pais, a APESCA, que organizou uma exposição com venda de petiscos chamada "Do Velho se Faz Novo", também houve o Júri de Certificação do Centro de Novas Oportunidades, seguido do "AnimaESIC" com workshops, jogos, teatralizações e música. Para terminar, à noite, foi debatido um tema pertinente e actual, com uma Conferência a Prevenir o Endividamento Familiar, tendo como oradores: um agente de execução, dois solicitadores estagiários e um especialista em crédito ao consumo", afirmou Susana de Barros Penha.

Actualizado em (Sexta, 03 Junho 2011 20:53)



últimas / ainda este mês

1/

2/

3/

4/

5/

6/

7/

8/

9/

10/

11/

1/ Um grito pelos primatas!

Vamos ajudar os chimpanzés, os gorilas, os orangotangos e os gibões. Como? A TMN Kids doa €1 por cada telemóvel usado que for entregue no Zoo de Lisboa. Pode ainda ligar para o 760 782 030 e os €0,60 da chamada reverterem na totalidade para o fundo de conservação dos primatas.

2/ Exemplo a seguir

A Eugénio Campos homenageia os 70 anos da Liga Portuguesa Contra o Cancro e cria uma joia de ouro e de prata para assinalar a data. A totalidade das vendas reverte a favor desta instituição. Brincos de ouro, €516; Colar pequeno de ouro, €440, e charm de prata, €39.

3/ A minha primeira Carolina Herrera

Se a sua filha herdou de si a paixão por carteiras, este concurso é para ela. Só precisa de ter entre 2 e 10 anos, uma dose significativa de criatividade e fazer um desenho original alusivo à Andy Bag. Concurso disponível em qualquer loja Carolina Herrera, até dia 30 de junho. A vencedora verá o seu desenho exposto numa edição limitada CH Andy Bag.

4/ Quem resiste?

A festejar a chegada da primavera, a Essence cria uma nova linha de produtos em que a cor é uma constante. Desde os tons pastel aos brilhantes e

luminosos, uma gama de produtos de olhos, lábios, rosto e unhas para um look surpreendente.

5/ Contagem decrescente para o verão

A Fitness lançou novos cereais, desta vez com pedaços de morango e crocantes de frutos vermelhos. Uma opção saudável que terá ainda mais resultados se fizer exercício físico. €2,99

6/ Paladar dos deuses

Sabores únicos com os novos azeites e vinagres Oliveira Ramos, do Grupo J. Portugal Ramos. Azeite vencedor da Medalha de Ouro no Concurso Nacional de Azeites Virgem Extra 2010. Disponível em lojas gourmet. €8,90 e €6,50, respetivamente.

7/ Travão na celulite

O novo Stop Cellulite Night Repair, da Babor, é uma loção rica para aplicar à noite que trata a celulite e refirma a pele. 200 ml, €52,50

8/ Nova imagem e produtos

A Vatel apresenta-se com uma imagem mais moderna e com produtos que fazem a diferença: o sal equilíbrio 50% menos sódio (€1,59); o sal iodado (€0,77); e o sal especial saladas (€0,69).

9/ Sabe a manteiga

A Planta lançou o primeiro creme vegetal para barrar com sabor a manteiga. Reúne o melhor de dois mundos: o sabor da manteiga e os benefícios nutricionais dos cremes vegetais. €1,29 (preço recomendado).

10/ Carteira solidária

A Tela Bags tem uma nova edição de carteiras recicladas feitas a partir de folhetos promocionais da APAV. Escolha a sua em www.telabags.net e ajude esta instituição de apoio à vítima.

11/ Exotismo oriental

A combinação de dois tipos de café árabes, Arábica Sidamo e Yirgacheffe, da região sudeste da Etiópia, Sidamo, confere às novas cápsulas da Nespresso, Onirio, um sabor irresistível. €3,80.

AGENDA — Terça-feira, 7 Junho 2011 — 0 Comentários

Diga não à violência doméstica

Na próxima terça-feira, 07 de Junho, irá realizar-se, na sala polivalente da biblioteca municipal de S. João da Pesqueira, um seminário intitulado "Não se cale... Diga não à violência doméstica".

O seminário decorrerá da parte da manhã e serão apresentados e debatidos vários aspectos relacionados com a violência doméstica, que vão desde o enquadramento geral desta problemática na sociedade, passando pelas respostas legislativas no apoio às vítimas e terminando na acção da APAV para a construção de um novo projecto de vida para as vítimas deste crime.

[Mais informação](#)

agenda

Diga não à violência doméstica

Eventos | 07 Jun.

Terça-feira, 07 de Junho de 2011, pela manhã

Na próxima terça-feira, 07 de Junho, irá realizar-se, na sala polivalente da biblioteca municipal de S. João da Pesqueira, um seminário intitulado "Não se cale... Diga não à violência doméstica".

O seminário decorrerá da parte da manhã e serão apresentados e debatidos vários aspectos relacionados com a violência doméstica, que vão desde o enquadramento geral desta problemática na sociedade, passando pelas respostas legislativas no apoio às vítimas e terminando na acção da APAV para a construção de um novo projecto de vida para as vítimas deste crime.

Não feche os olhos a esta realidade!

Participe neste seminário e venha conhecer e debater connosco um tema tão presente nos nossos dias, como é a violência doméstica.

Descarregue o cartaz com o programa completo do seminário clicando na ligação mais abaixo.

Contactos do CLDS-PI+PA

<http://www.clds-pipa.com/projecto/index.php?action=getComoChegar>

SEMINÁRIO

07 JUNHO 2011

AUDITÓRIO BIBLIOTECA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

ENTRADA LIVRE 9h30m

NÃO SE CALE... DIGA NÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:

PI+PA

Programa de Intervenção e Apoio às Vítimas de Violência Doméstica

PROGRAMA

9h30m
Abertura
Pe. Amadeu Castro - Coordenador do CLDS-PI+PA

10h00m
Conhecer e reflectir sobre a Violência Doméstica: Enquadramento Geral
Dra. Cíntia Costa - Psicóloga do projecto PI+PA

10h30m
Respostas legislativas no apoio às vítimas de Violência Doméstica
NIAVE - Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas do Comando territorial da GNR de Viseu e do posto da GNR de Moimenta de Beira

11h15
Intervalo

11h30
A intervenção da APAV na Violência Doméstica: Construção de um novo projecto de vida
Dra. Ana Coutinho - Técnica do Gabinete de Apoio à vítima de Vila Real

12h15m
Encerramento
Pe. Amadeu Castro - Coordenador do CLDS-PI+PA

Notícia

07-06-2011 - 13:51

Penafiel: “ Sentir o Voluntariado” no Ano Europeu do Voluntariado

O Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Penafiel realiza no próximo dia 17 de Junho, a partir das 9h30, no Auditório Municipal, situado no Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, o seminário "Sentir o Voluntariado", enquadrado nas comemorações do Ano Europeu do Voluntariado.

O Ano Europeu do Voluntariado, decretado oficialmente pelo Conselho de Ministros da U.E (União Europeia), tem como objectivo incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela Comunidade, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais, criando condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na U.E. e aumentando a visibilidade das actividades de voluntariado.



Comentários

Não existem comentários.

[Adicionar](#)

Associado a esta efeméride, o seminário " Sentir o Voluntariado" pretende particularmente incentivar, melhorar e promover a prática do voluntariado no concelho de Penafiel, partilhando conhecimentos e sensibilizando as entidades locais e o público em geral para a prática do voluntariado.

O seminário terá início marcado para as 9h30 e contará com a presença de individualidades ligadas a área do voluntariado dando o seu contributo a uma actividade que tem como principal objectivo a promoção da prática do voluntariado no concelho, estando a sessão de abertura a cargo do Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, Alberto Santos.

O primeiro painel do Seminário, moderado pelo Vereador do Pelouro da Família, Solidariedade, Habitação e Inclusão Social, Antonino de Sousa, terá a intervenção de Maria Elisa Borges, membro do Conselho nacional para a Promoção do Voluntariado. Posteriormente caberá a João Pimenta da Direcção do Banco Alimentar do Porto dar o seu contributo neste primeiro painel.

Da parte da tarde, às 14h00, o segundo painel, moderado por Lino Maia, presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, vai contar com a presença de Júlio Magalhães Mesquita dos Bombeiros Voluntários de Penafiel; do médico Freire Soares, Presidente da Liga de Amigos do Hospital Padre Américo; Paulo Guedes, Coordenador do Voluntariado do Hospital padre Américo; Ana Castro Sousa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Paula Leite, coordenadora do banco Alimentar de Matosinhos.

O seminário "Sentir o voluntariado" vai de encontro aos princípios da fundação do Ano Europeu do Voluntariado – salientar a importância da ajuda ao próximo.



ID: 35914241

08-06-2011

Tribunal decretou afastamento mínimo de 150 metros, mas perseguição mantém-se

{“TENHO MEDO QUE ELE ME MATE...”}

LEMBRA-SE DE UM RAPTO RECENTEMENTE OCORRIDO ONDE UMA JOVEM FOI ENFIADA NA BAGAGEIRA DE UM CARRO E LEVADA ATÉ À MONTANHA DA PENHA? EXPRESSO DO AVE CONTA-LHE TODA A HISTÓRIA PELAS PALAVRAS DA VÍTIMA EM MAIS UM EXCLUSIVO...



“ Estava em todo o lado, à porta de minha casa, no meu trabalho, perguntava a toda a gente se eu tinha outra pessoa, e eu estive sem saber do menino um final de semana inteiro (...)”

“ Um dia quando saía de casa ele estava lá fora, disse-me que queria falar comigo, mas eu respondi que não tínhamos mais nada a dizer um ao outro, então, aos murros e pontapés enfiou-me na mala (...)”

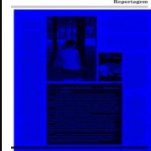
U sa um discurso – estranhamente – conformato quando conta sobre a violência de que foi vítima e sobre a perseguição que se mantém. Tem um ar abatido e diz, quem a conhece, que nos últimos meses perdeu muito peso. Apesar do olhar ter a carga de outra geração, Patrícia tem apenas 23 anos. Com 18 fez um desvio no curso da vida que lhe comprometeu o futuro. Bastou um passo errado para se perder no trilho. E por mais que faça. Por mais recomeços que tente há sempre alguma coisa a tolher-lhe a felicidade.

Patrícia conheceu o ex marido num café. Na ocasião, perdidos de amores ou apenas por uma afirmação de independência decidiram casar. Ela ainda estudava. Ele cumpria o serviço militar. Casaram em segredo e continuou cada um a viver em casa dos pais. No entanto, dois meses após a ida ao registo Patrícia mudou-se para casa dos sogros. Imediatamente a seguir ao casamento estava grávida. “Foi desleixo”, conta.

Enquanto partilhavam a casa as discussões eram silenciadas pela porta do quarto sempre fechada. “São coisas de casais”, desculpava-se perante a sogra. Decidiram mudar-se. Alugaram uma casa e aí tudo piorou. A porta já não se fechava. As discussões subiram de tom e as acusações de gravidade, “dizia que o filho não era dele”. E das palavras passou aos actos, “tentou asfixiar-me duas vezes, estava-me sempre a bater, a empurrar, a dar-me estalos”, revela Patrícia.

Apesar dos maus tratos, achou sempre que ele fosse mudar e arriscou comprar uma casa com ele. Não mudou. A violência doméstica não só continuou, como ganhou outros contornos. Apenas uma vez Patrícia fez queixa na PSP. De acordo com a sua religião (testemunha de Jeová), apenas o adultério justifica a separação e autoriza a refazer a vida. A violência doméstica não é suficiente para a ruptura.

O ex marido acabou por cometer adultério e >>>



ID: 35914241

08-06-2011

>>>

("TENHO MEDO QUE ELE ME MATE...") (cont.)

Patrícia saiu finalmente de casa. "Coloquei o meu filho à frente dele e uma tia disse-me, sem dó nem piedade, ele vai-te matar e o teu filho vai ficar órfão".

Patrícia foi viver para casa dos sogros e enquanto lá esteve, como o ex companheiro a mantinha debaixo de olho, as coisas estavam normalizadas. Mas, ela sabia que não podia permanecer lá para sempre porque dessa forma também não conseguia separar-se definitivamente dele. Saiu para viver com a irmã e a perseguição começou.

Primeiro quis mostrar-lhe que a amava, que era outro homem. Apelava junto dos colegas de trabalho dela para que a aconselhassem a voltar para ele. Oferecia-lhe flores que eram entregues por um estafeta no local de trabalho. Como as tentativas foram infrutíferas recorreu à perseguição, "estava em todo o lado, à porta de minha casa, no meu trabalho, perguntava a toda a gente se eu tinha outra pessoa, chegou a ir ao infantário do meu filho e eu estive sem saber do menino um final de semana inteiro", até que, aconteceu o impensável, "um dia quando saía de casa para ir trabalhar ele estava lá fora, disse-me que queria falar comigo, mas eu respondi que não tínhamos mais nada a dizer um ao outro, então, aos murros e pontapés ele enfiou-me na mala do carro. Levou-me para a Penha. Eu sangrava das mãos, andei negra durante dois meses. Nessa manhã tive muito medo, ele dizia que me ia matar e que o meu filho ia ficar sozinho (...)"

perseguida. O Ministério Público já tem conhecimento do desrespeito para com as medidas de coação, mas não actua. "Tenho muito medo, por mim e pelas pessoas que me rodeiam porque ele inferniza toda a gente. Pensamos que as coisas só acontecem aos outros, mas não é assim e ele já me fez sofrer muito. Tenho medo de morrer e, como ele ameaça, do meu filho ficar sozinho. Tudo que eu queria era que ele fosse preso e ficasse lá por muitos anos. Só assim teria paz. Tenho muito nojo e repulsa dele. O meu filho não está a ter infância e não sei se terei força para recomeçar a minha vida porque tenho muito medo de voltar a errar", desabafa.

Saiha +



Menos violência doméstica, mais denúncias e mais mortes...

A violência doméstica tem diminuído em Portugal ao mesmo tempo que as denúncias aumentaram. Há, no entanto, mais mulheres a morrerem. Só este ano, mais de 46 já perderam a vida o que demonstra que o agressor tornou-se mais violento.

Desde que a violência doméstica é crime público – e já lá vão mais de 10 anos – que cresceu entre as mulheres a coragem de romper com o silêncio. O crescimento das denúncias e pedidos de ajuda, tem sido de 12% ao ano. Mas, em 2010 esse crescimento foi de 10% e, já este ano de apenas 2%. Ainda assim, os números continuam a ser preocupantes. Continuam a morrer por ano mais de 40 mulheres, vítimas dos maridos.

A violência doméstica é um problema transversal. Não escolhe famílias, idades ou sexo. Está relacionado com uma cultura ancestral onde não há igualdade de géneros. O combate à violência doméstica tem sido feito em três frentes: apoio, prevenção (o eixo estratégico) e articulação com a sociedade civil.

Há no país mais de 500 estruturas de apoio às vítimas de violência doméstica e mais de 130 projectos no terreno. Para além disso, tem havido uma clara aposta na formação dos agentes da autoridade e até sensibilização aos magistrados para a necessidade de maior aplicação dos dispositivos disponíveis. Neste ponto, foram já aplicadas 42 medidas de vigilância electrónica e apenas seis de tele-assistência.

Os agressores, até então face desconhecida do processo, passaram também a ter uma cara, através de uma campanha pela primeira vez dirigida a quem agride. Segundo o relatório divulgado pela Amnistia Internacional, os relatos de violência doméstica diminuíram em Portugal no ano passado. Em 2010, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou 15.236 denúncias, face às 15.904 registadas em 2009.

Além disso, foi reconhecido por lei "que as vítimas tinham direito a receber informação, proteção, abrigo, assistência financeira e de outra natureza", refere o documento. Em contrapartida, o número de homicídios aumentou: de acordo com os dados da organização União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), foram registados 43 casos em 2010, mais 14 do que no ano anterior...

(PAI RENEGA O FILHO)

A relação deste agressor com o filho nunca foi a melhor. Além da ausência usava de violência e maus tratos psicológicos também com a criança. "Estava sempre a renegá-lo, dizia que não era filho dele. Depois passou a usá-lo para saber sempre onde eu estava e agora já diz que não é dele outra vez para não pagar a pensão de alimentos", revela Patrícia.

Entretanto, a responsabilidade parental está definida. A guarda ficou com a mãe e quinzenalmente a criança pode visitar a avó paterna. O pai não tem direito sequer a dormir com o filho.

O pequeno Gabriel de apenas quatro anos já nem fala no pai e quer é ficar bem longe dele. Entretanto, mãe e filho estão a ser acompanhados por um psicólogo. O pequeno Gabriel apresenta ainda um ligeiro atraso no desenvolvimento. ▽

texto // Andreia Lopes
andrea.lopes@expressodoave.com

Desporto

Mega-aula de Defesa Pessoal juntou 87 mulheres e raparigas em Santarém



Oitenta e sete mulheres e raparigas de todas as idades movidas pela necessidade de aprender e treinar técnicas de autodefesa participaram sábado num Workshop Defesa Pessoal Feminina realizado em Santarém pela Associação Distrital de Santarém - Amicale Karate. O evento foi organizado com o apoio da Portugal Eventos contando com o apoio da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) da Scalabisport (Empresa Municipal de Desporto de Santarém) e do grupo PESS da Escola Secundária Sá da Bandeira.

O formador foi o mestre Carlos R. Dias, 6º Dan de Karate, professor de educação física, especialista em artes marciais e técnicas de Defesa Pessoal, ajudou as formandas na aprendizagem das técnicas de autodefesa

Iniciou-se a formação com a intervenção das técnicas superiores da APAV, com a explanação do que é ser vítima com as consequências inerentes a esta situação. A posteriori abordaram as negras estatísticas dos crimes cometidos, a nível nacional e regional. De seguida foi abordada a existência da APAV, que apoia as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais. Após a prelecção teórica, foram estabelecidos grupos de trabalho, com uma vertente muito prática onde durante duas horas foram abordadas e praticadas intensamente diversas técnicas de autodefesa para situações específicas de ataque e sua reacção (controlo).

Carlos Dias justifica a existência do workshop face aos “tempos conturbados por que passa actualmente nossa sociedade privada de valores, e a ausência por vezes de quem nos defenda”. Daí, também existir na Associação Distrital de Santarém - Amicale Karate o ensino da prática regular do Karate-do e do sector de Defesa Pessoal, vocacionado essencialmente para o ensino e treino regular.

Diga o que pensa sobre este Artigo. O seu comentário será enviado directamente para a redacção de O MIRANTE.



ID: 35911439

09-06-2011

Workshop de Defesa Pessoal Feminina reúne oito dezenas em Santarém

Mais de oito dezenas de mulheres participaram, no passado dia 04, na mega-aula de Defesa Pessoal Feminina, organizada pela Associação Distrital de Santarém - Amicale Karate, conjuntamente com a Portugal Eventos e com o apoio da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) da Scalabisport (Empresa Municipal de Desporto de Santarém) e do grupo PESS da Escola Sá da Bandeira.

Marcaram presença neste workshop denominado “aprender a defender”, 87



O evento contou com uma parte prática na qual foram praticadas diversas técnicas de auto-defesa

atletas de todos os escalões etários, cuja inscrição foi gratuita.

O evento contou com

uma parte teórica ministrada por técnicas da APAV, e uma outra prática, onde, durante duas ho-

ras, foram abordadas e praticadas intensamente diversas técnicas de auto-defesa para situações específicas de ataque e sua reacção (controlo).

O formador foi o Mestre Carlos R. Dias, 6º Dan de Karate, professor de Educação Física, especialista em artes marciais e técnicas de Defesa Pessoal com um currículo de mais de 30 anos dedicados ao ensino e prática destas vertentes apoiado por outros especialistas alguns dos quais instrutores em grupos de intervenção e de karaté.



BLOCO DE ESQUERDA

DISTRITAL DO PORTO

Proposta de implementação de um Plano Municipal de Combate à Violência Doméstica e criação de um Centro de Apoio às Vítimas

[Nota: aprovada com a abstenção do PSD e do CDS/PP]

O problema da violência doméstica continua a ser muito grave no nosso país e concretamente no distrito do Porto.

Em 2010, a PSP registou 18493 casos de violência doméstica, aos quais se somam mais de 12700 casos comunicados pela GNR, formando um total superior a 41 mil casos num só ano. A GNR salienta ser no distrito do Porto que regista mais participações deste tipo de crimes.

Na maior parte dos casos, a violência doméstica ocorre no âmbito de relações de conjugalidade e traduz-se por violência de género. Segundo a PSP, "em 70% das ocorrências, as relações familiares existentes entre o suspeito da autoria do(s) crime(s) e a vítima são de conjugalidade (cônjuges ou companheiro/as), e em 10% das situações são ex-cônjuges ou ex-companheiros(as)". A PSP informa ainda que 80% das vítimas de violência doméstica são do sexo feminino, segundo os dados de 2010.

A morte é, com alguma frequência, o resultado desta violência. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) identifica em 2010 um crescimento de 42% no número de homicídios ocorridos num contexto de violência doméstica. Por seu lado, o Observatório de Mulheres Assassinadas, promovido pela UMAR, contabiliza 43 mulheres assassinadas por violência doméstica ou conjugal em 2010 (mais 14 do que em 2009) e assinala ainda outras 39 tentativas de homicídio de mulheres no mesmo contexto, em 2010 (mais 11 do que em 2009).

São números que mostram que, apesar dos avanços alcançados ao nível do conhecimento do fenómeno, bem como no plano legislativo e no apoio à vítima, a violência doméstica, a violência conjugal e em particular a violência dirigida às mulheres, mantêm-se como um problema político, um problema de direitos humanos e um problema de cidadania que nenhum de nós pode ignorar e que apela, também, a uma intervenção das autarquias.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 6 de Junho de 2011, delibera recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, o seguinte:

- 1) O reforço da intervenção do município neste tema, articulando, em conjugação com as organizações que trabalham nesta área, um plano municipal de combate à violência doméstica;

2) A criação de um centro de apoio a vítimas de violência doméstica, com a função de coordenar a execução daquele plano municipal, assegurar o acolhimento temporário de vítimas de violência doméstica em situação de necessidade e prestar apoio médico, psicológico e jurídico às vítimas.

10-06-2011

Tiragem: 6000

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Regional

Pág: 30

Cores: Cor

Área: 13,21 x 8,37 cm²

Corte: 1 de 1



Escola Secundária de Jácome Ratton Palestra “Violência no namoro”



Os alunos Joana Rodrigues, Joana José e João Grácio, do 12.º B da Escola Secundária de Jácome Ratton, no âmbito da disciplina de Área de Projecto, levaram a efeito, no dia 18 de Maio, no auditório da Biblioteca Municipal de Tomar, uma palestra subordinada ao tema “Violência no namoro”, tendo como objectivos: sensibilizar os adolescentes para esta problemática e aju-



dá-los a identificar comportamentos violentos.

A mesa foi constituída por Inês Jorge e Carmen Videi-

ra, respectivamente coordenadora e jurista da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima).

[Início »](#) [Press Center »](#) **Vítimas de crime vão ter direito a seguir investigação**

Vítimas de crime vão ter direito a seguir investigação

Vítimas de crime vão ter direito a seguir investigação

Directiva. União Europeia quer reforçar os direitos dos seus cidadãos permitindo-lhes conhecer as investigações policiais sobre os agressores

Os direitos das vítimas de crime e de acidente vão ser reforçados na União Europeia. A Comissão apresentou um pacote legislativo que prevê, nomeadamente, a possibilidade de as vítimas conhecerem as investigações policiais e, inclusive, assistir ao julgamento dos suspeitos contando, se necessário, com o apoio do Estado para as despesas de deslocação. Vai ser também obrigatório informar a vítima quando o agressor sai em liberdade. As normas deverão entrar em vigor até ao fim do ano.

Vítimas de crime vão ter acesso às investigações sobre os agressores

Directiva. Direitos das vítimas de crime e de acidentes são reforçados por imposição da UE

LICÍNIO LIMA

Os direitos das vítimas de crime e de acidente vão ser reforçados na União Europeia (UE). A Comissão aprovou um pacote legislativo que prevê, nomeadamente, a possibilidade de as vítimas conhecerem o desenrolar das investigações policiais e, inclusive, assistir ao julgamento dos suspeitos contando, se necessário, com o apoio do seu Estado para as despesas de deslocação. Vais ser também obrigatório informar a vítima logo que o agressor esteja em liberdade. Todo o pacote legislativo deverá entrar em vigor até ao final do ano.

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) aplaudiu a iniciativa. A APAV "espera que a presente proposta venha influenciar activamente o panorama nacional, contribuindo para uma real e efectiva protecção das vítimas de crime e dos seus direitos", disse a entidade em comunicado, salientando: "Desta forma, acreditamos que ao promover o reforço dos direitos das vítimas se caminha no sentido do estabelecimento do estatuto da vítima e, por conseguinte, no seu reconhecimento efectivo."

Em termos práticos, espera-se em breve ouvir depoimentos mais humanizados, do tipo: "Fui assaltado durante as férias. Dirigi-me a uma esquadra da polícia onde um intérprete me ajudou a participar a ocorrência. Explicaram-me os meus direitos e como pedir uma indemnização. Quando voltei para casa, a polícia informou-me regularmente sobre o andamento do processo e pude participar no julgamento. Até consegui obter uma indemnização para o pagamento das despesas de viagem necessárias para poder estar presente no julgamento." Este depoimento pode ser realidade em breve.

A grande novidade do novo pacote legislativo, pelo menos para Portugal, será a consagração da possibilidade de as vítimas participarem nas investigações policiais, sempre que o desejarem, e serem ajudadas a assistir ao julgamento, mesmo que residam num Estado diferente daquele em que foi cometido o crime.

"Muitas vezes as vítimas querem participar nos procedimentos judiciais, assistir ao julgamento e até testemunhar. Porém, só o podem fazer se tiverem informações coerentes e fiáveis sobre o seu processo, nomeadamente o local e a data do julgamento", explicou a comissária para a Justiça da UE, Viviane Reding, na apresentação das propostas. Os Estados membros, ao abrigo destas normas, ficam obrigados a acompanhar as vítimas, tal como acompanham os suspeitos, dando-lhes todo o tipo de apoio, material e psicológico, e fornecendo o máximo de informação útil.

As vítimas de crimes violentos vão também deixar de ser obrigadas a depor em julgamento, para evitar que revivam experiências traumatizantes. "Quando necessário, os juizes devem realizar audiências por videoconferência ou organizar sessões privadas", disse Viviane Reding.

O mesmo critério se aplica às crianças que, segundo a comissária, apenas devem ser interrogadas por profissionais formados para o efeito, e sempre na presença de uma pessoa da sua confiança". Da mesma forma, "as vítimas de violência sexual devem ser tratadas com sensibilidade, por especialistas capazes de perceber a natureza e as especificidades da experiência por que passaram". E serem avisadas logo que o agressor esteja em liberdade.

O objectivo da proposta é, em suma, assegurar um nível igual de protecção, apoio e acesso à justiça em toda a UE, independentemente do país de origem ou residência.

"No nosso direito processual penal só os arguidos têm direitos"

reacção Presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes entende que a legislação portuguesa favorece mais os agressores.

"Há muito tempo que, enquanto investigador da Polícia Judiciária e enquanto presidente da Associação Sindical de Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), defendo a existência de mais direitos para as vítimas. O nosso direito processual penal dá muito pouco valor à vítima. Há muitos artigos nas leis para o arguido, para o assistente, ou para o advogado, mas não há nenhum para a vítima. No nosso direito processual penal, os arguidos têm direitos, a vítimas não!

A opinião é de Carlos Anjos, actual presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes, que, em declarações ao DN, saúda a proposta da Comissão Europeia.

A objecção que coloca é relativamente à possibilidade de a vítima aceder ao processo em investigação. "Pode implicar o acesso a informação em segredo de justiça e pôr em causa as averiguações policiais. De resto, concordo que toda a informação fora do âmbito do segredo seja comunicada", disse.

A proposta da Comissão Europeia, sobre este assunto, vai no sentido de dar alguma margem de liberdade ao Estados membros para que, ao transpor a directiva, possam adequar a legislação.

"O âmbito exacto deste direito deve ser deixado ao critério do legislador nacional e pode variar entre o direito básico de comunicar com uma autoridade competente e de lhe fornecer elementos de prova até direitos mais alargados, como o direito de admissibilidade dos elementos de prova apresentados, o direito de determinados elementos de prova serem considerados ou o direito de intervir durante o julgamento", explica a Comissão Europeia na proposta a que o DN teve acesso.

Carlos Anjos lembra que em Portugal a legislação neste âmbito já deu passos importantes. Por exemplo, já é possível indemnizar uma vítima de crime violento seja qual for a nacionalidade.



«Vítimas de crime vão ter direito a seguir investigação» — Diário de Notícias

Por **Redacção**

A União Europeia quer reforçar os direitos dos cidadãos em matéria de investigações policiais sobre os seus agressores.

De acordo com a edição de hoje do Diário de Notícias, a Comissão Europeia apresentou um pacote legislativo que prevê, entre outros pontos, a possibilidade de as vítimas conhecerem os passos da polícia e assistir aos julgamentos dos suspeitos, contando para isso, se necessário, com o apoio do Estado para as despesas de deslocação.

Obrigatório vai ser também informar a vítima quando o agressor sair em liberdade.

O diário avança que as medidas deverão entrar em vigor até final deste ano.

10:40 - 11-06-2011

Vítimas de crime vão ter acesso às investigações sobre os agressores

Directiva. Direitos das vítimas de crime e de acidentes são reforçados por imposição da UE

LICÍNIO LIMA

Os direitos das vítimas de crime e de acidente vão ser reforçados na União Europeia (UE). A Comissão aprovou um pacote legislativo que prevê, nomeadamente, a possibilidade de as vítimas conhecerem o desenrolar das investigações policiais e, inclusive, assistir ao julgamento dos suspeitos contando, se necessário, com o apoio do seu Estado para as despesas de deslocação. Vais ser também obrigatório informar a vítima logo que o agressor esteja em liberdade. Todo o pacote legislativo deverá entrar em vigor até ao final do ano.

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) aplaudiu a iniciativa. A APAV "espera que a presente proposta venha influenciar activamente o panorama nacional, contribuindo para uma real e efectiva protecção das vítimas de crime e dos seus direitos", disse a entidade em comunicado, salientando: "Desta forma, acreditamos que ao promover o reforço dos direitos das vítimas se caminha no sentido do estabelecimento do estatuto da vítima e, por conseguinte, no seu reconhecimento efectivo."

Em termos práticos, espera-se em breve ouvir depoimentos mais humanizados, do tipo: "Fui assaltado durante as férias. Dirigi-me a uma esquadra da polícia onde um intérprete me ajudou a participar a ocorrência. Explicaram-me os meus direitos e como pedir uma indemnização. Quando voltei para casa, a polícia informou-me regularmente sobre o andamento do processo e pude participar no julgamento. Até consegui obter uma indemnização para o pagamento das despesas de viagem necessárias para poder estar presente no julgamento." Este depoimento pode ser realidade em breve.

"No nosso direito processual penal só os arguidos têm direitos"

REACÇÃO Presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes entende que a legislação portuguesa favorece mais os agressores

"Há muito tempo que, enquanto investigador da Polícia Judiciária e enquanto presidente da Associação Sindical de Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), defendo a existência de mais direitos para as vítimas. O nosso direito pro-

cessual penal dá muito pouco valor à vítima. Há muitos artigos nas leis para o arguido, para o assistente, ou para o advogado, mas não há nenhum para a vítima. No nosso direito processual penal, os arguidos têm direitos, as vítimas não!

A opinião é de Carlos Anjos, actual presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes, que, em declarações ao DN, saluda a proposta da Comissão Europeia. A objecção que coloca é relativamente à possibilidade de a vítima

Vítimas de crimes violentos poderão ser dispensadas do julgamento

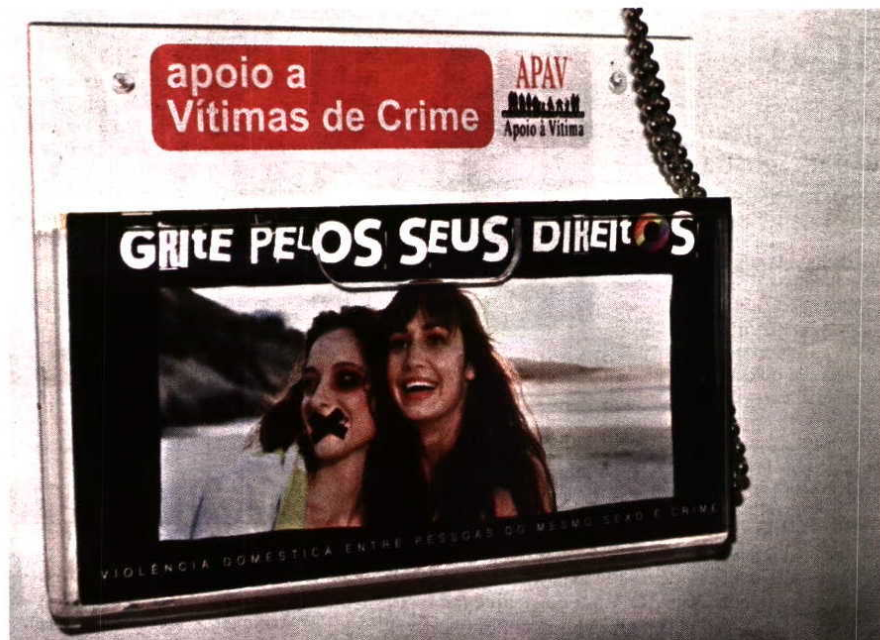
ta do julgamento", explicou a comissária para a Justiça da UE, Viviane Reding, na apresentação das propostas. Os Estados membros, ao abrigo destas normas, ficam obrigados a acompanhar as vítimas, tal como acompanham os suspeitos, dando-lhes todo o tipo de apoio, material e psicológico, e fornecendo o máximo de informação útil.

As vítimas de crimes violentos vão também deixar de ser obrigadas a depor em julgamento, para evitar que revivam experiências traumatizantes. "Quando necessário, os juízes devem realizar audiências por videocon-

ferência ou organizar sessões privadas", disse Viviane Reding.

O mesmo critério se aplica às crianças que, segundo a comissária, apenas devem ser interrogadas por profissionais formados para o efeito, e sempre na presença de uma pessoa da sua confiança. Da mesma forma, "as vítimas de violência sexual devem ser tratadas com sensibilidade, por especialistas capazes de perceber a natureza e as especificidades da experiência por que passaram". E serão avisadas logo que o agressor esteja em liberdade.

O objectivo da proposta é, em suma, assegurar um nível igual de protecção, apoio e acesso à justiça em toda a UE, independentemente do país de origem ou residência.



APAV considera que nova legislação promove o reconhecimento efectivo da vítima

O QUE MUDA...

PRIVACIDADE

➤ **Media** As vítimas devem ser protegidas de uma atenção excessiva dos media. Os seus dados pessoais, incluindo fotografias, devem ser utilizados unicamente para fins relacionados com o processo.

AGRESSORES

➤ **Informação** As vítimas devem ser informadas da eventual libertação do seu agressor. É de evitar que fiquem a par desse facto por um mero acaso.

UNIFORMIZAÇÃO

➤ **Direitos** Os governos devem assegurar mecanismos de reconhecimento de mútuo em matéria civil para garantir que as vítimas que beneficiam de uma medida de protecção do Estado membro de residência não percam essa protecção na passagem da fronteira.

RECURSO

➤ **Vítimas** Todos os países da UE devem assegurar que as vítimas de crimes e de acidentes são informadas sobre os processos judiciais e que têm direito a apresentar um recurso.

PROTECÇÃO

➤ **Meios** Todos os países devem assegurar a disponibilidade dos serviços necessários para responder às necessidades das vítimas, tanto do ponto de vista prático como emocional.

FORMAÇÃO

➤ **Acompanhamento** Os países devem assegurar que todos os profissionais em contacto directo com as vítimas dispõem de formação específica que lhes permita dar um apoio adequado.

ENCONTROS

➤ **Responsabilidade** Os Estados devem assegurar que as vítimas possam optar por se encontrar com os seus agressores de forma a que estes assumam a responsabilidade dos seus actos.



Carlos Anjos lidera comissão

deve ser deixado ao critério do legislador nacional e pode variar entre o direito básico de comunicar com uma autoridade competente e de lhe fornecer elementos de prova até direitos mais alargados, como o direito de admissibilidade dos elementos de prova apresentados, o direito de determinados elementos de prova serem considerados ou o direito de intervir durante o julgamento", explica a Comissão Europeia na proposta a que o DN teve acesso.

Carlos Anjos lembra que em Portugal a legislação neste âmbito já deu passos importantes. Por exemplo, já é possível indemnizar uma vítima de crime violento seja qual for a nacionalidade. L.L.



[Início](#) ▶ [Direito e Sociedade](#) ▶ [Vítimas de crime vão ter direito a seguir investigação](#)

Vítimas de crime vão ter direito a seguir investigação

11-Jun-2011

"No nosso direito processual penal só os arguidos têm direitos". Mas uma Directiva da União Europeia quer reforçar os direitos dos seus cidadãos permitindo-lhes conhecer as investigações policiais sobre os agressores.

Os direitos das vítimas de crime e de acidente vão ser reforçados na União Europeia (UE). A Comissão aprovou um pacote legislativo que prevê, nomeadamente, a possibilidade de as vítimas conhecerem o desenrolar das investigações policiais e, inclusive, assistir ao julgamento dos suspeitos contando, se necessário, com o apoio do seu Estado para as despesas de deslocação. Vais ser também obrigatório informar a vítima logo que o agressor esteja em liberdade. Todo o pacote legislativo deverá entrar em vigor até ao final do ano.

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) aplaudiu a iniciativa. A APAV "espera que a presente proposta venha influenciar activamente o panorama nacional, contribuindo para uma real e efectiva protecção das vítimas de crime e dos seus direitos", disse a entidade em comunicado, salientando: "Desta forma, acreditamos que ao promover o reforço dos direitos das vítimas se caminha no sentido do estabelecimento do estatuto da vítima e, por conseguinte, no seu reconhecimento efectivo."

Em termos práticos, espera-se em breve ouvir depoimentos mais humanizados, do tipo: "Fui assaltado durante as férias. Dirigi-me a uma esquadra da polícia onde um intérprete me ajudou a participar a ocorrência. Explicaram-me os meus direitos e como pedir uma indemnização. Quando voltei para casa, a polícia informou-me regularmente sobre o andamento do processo e pude participar no julgamento. Até consegui obter uma indemnização para o pagamento das despesas de viagem necessárias para poder estar presente no julgamento." Este depoimento pode ser realidade em breve.

A grande novidade do novo pacote legislativo, pelo menos para Portugal, será a consagração da possibilidade de as vítimas participarem nas investigações policiais, sempre que o desejarem, e serem ajudadas a assistir ao julgamento, mesmo que residam num Estado diferente daquele em que foi cometido o crime.

"Muitas vezes as vítimas querem participar nos procedimentos judiciais, assistir ao julgamento e até testemunhar. Porém, só o podem fazer se tiverem informações coerentes e fiáveis sobre o seu processo, nomeadamente o local e a data do julgamento", explicou a comissária para a Justiça da UE, Viviane Reding, na apresentação das propostas. Os Estados membros, ao abrigo destas normas, ficam obrigados a acompanhar as vítimas, tal como acompanham os suspeitos, dando-lhes todo o tipo de apoio, material e psicológico, e fornecendo o máximo de informação útil.

As vítimas de crimes violentos vão também deixar de ser obrigadas a depor em julgamento, para evitar que revivam experiências traumatizantes. "Quando necessário, os juizes devem realizar audiências por videoconferência ou organizar sessões privadas", disse Viviane Reding.

O mesmo critério se aplica às crianças que, segundo a comissária, apenas devem ser interrogadas por profissionais formados para o efeito, e sempre na presença de uma pessoa da sua confiança. Da mesma forma, "as vítimas de violência sexual devem ser tratadas com sensibilidade, por especialistas capazes de perceber a natureza e as especificidades da experiência por que passaram". E serem avisadas logo que o agressor esteja em liberdade.

O objectivo da proposta é, em suma, assegurar um nível igual de protecção, apoio e acesso à justiça em toda a UE, independentemente do país de origem ou residência.

"No nosso direito processual penal só os arguidos têm direitos"

Presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes entende que a legislação portuguesa favorece mais os agressores.

"Há muito tempo que, enquanto investigador da Polícia Judiciária e enquanto presidente da Associação Sindical de Funcionários de Investigação Criminal (ASFIC), defendo a existência de mais direitos para as vítimas. O nosso direito processual penal dá muito pouco valor à vítima. Há muitos artigos nas leis para o arguido, para o assistente, ou para o advogado, mas não há nenhum para a vítima. No nosso direito processual penal, os arguidos têm direitos, a vítimas não!

A opinião é de Carlos Anjos, actual presidente da Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes, que, em declarações ao DN, saúda a proposta da Comissão Europeia.

A objecção que coloca é relativamente à possibilidade de a vítima aceder ao processo em investigação. "Pode implicar o acesso a informação em segredo de justiça e pôr em causa as averiguações policiais. De resto, concordo que toda a informação fora do âmbito do segredo seja comunicada", disse.

A proposta da Comissão Europeia, sobre este assunto, vai no sentido de dar alguma margem de liberdade ao Estados membros para que, ao transpor a directiva, possam adequar a legislação.

"O âmbito exacto deste direito deve ser deixado ao critério do legislador nacional e pode variar entre o direito básico de comunicar com uma autoridade competente e de lhe fornecer elementos de prova até direitos mais alargados, como o direito de admissibilidade dos elementos de prova apresentados, o direito de determinados elementos de prova serem considerados ou o direito de intervir durante o julgamento", explica a Comissão Europeia na proposta a que o DN teve acesso.

Carlos Anjos lembra que em Portugal a legislação neste âmbito já deu passos importantes. Por exemplo, já é possível indemnizar uma vítima de crime violento seja qual for a nacionalidade.

Licínio Lima | Diário de Notícias | 11.06.2011



Condenado a 13 meses de prisão com pena suspensa por violência doméstica

Por **Redacção**

O Tribunal da Relação de Guimarães condenou a 13 meses de prisão com pena suspensa um idoso por violência doméstica. A instância deu como provado que o homem insultou, agrediu e ameaçou de morte a mulher de forma sistemática desde 1969.

De acordo com a decisão do tribunal, a suspensão da pena prende-se com a proibição de contactar ou de se aproximar da mulher e de dar 500 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). O homem terá ainda que pagar mil euros, por danos não patrimoniais.

Após sucessivas agressões, algumas bastante graves, a vítima decidiu sair de casa em Outubro de 2009 para ir viver com um dos seus filhos, e apesar de ter ponderado o divórcio não o fez alegadamente por motivos de vergonha.

20:47 - 15-06-2011



Casal 'exemplar' acabou num banho de sangue

Valongo. Avisou um amigo através de mensagem. Matou a mulher a tiro e suicidou-se

JOANA DE BELÉM

Logo ao entrar no corredor do segundo andar do prédio, ouvem-se as vozes dos vizinhos que ecoam do interior de um dos apartamentos na Rua São Bartolomeu, em Valongo. "Aqui ouve-se tudo", o que causa ainda maior estranheza por ninguém ter ouvido os disparos que ontem, pela manhã, vitimaram uma mulher e o marido. César Barbosa, 42 anos, matou Elvira, cerca de 30 anos, a tiro e suicidou-se. A vizinhança ainda está estupefacta: "Era um casal esplêndido. Nunca se ouviu uma discussão, um grito, um palavrão que fosse", conta Alice, ainda não refeita dos acontecimentos.

Ontem, o "diz-que-diz" já apontava para agressões à vítima, que apresentaria várias marcas e he-

matomas na zona do pescoço, mas Alice continua a achar que "são as pessoas a falar". "Ele era muito respeitador e eu gostava muito da senhora", diz, ressaltando a estranheza por nada ter ouvido — o violento crime aconteceu cerca das 07.30 e Alice "estava acordada desde as 06.00".

O homicídio aconteceu quando a mulher se encontrava no quarto. De seguida, o homem enviou uma mensagem de texto a um amigo, a quem contou os seus planos. Quando os agentes da polícia chegaram ao local, alertados pelo receptor da mensagem, tiveram de aguardar pela chegada dos Bombeiros Voluntários de Valongo, que arrombaram a porta.

O corpo do agressor foi encontrado também sem vida, "junto à porta de entrada e praticamente nu, só com as cuecas vestidas",



Entre os vizinhos do prédio, ninguém se apercebeu dos disparos

conta uma vizinha.

O casal tem um filho de oito anos, que não se encontrava no local, porque está a viver em casa dos avós. Segundo a vizinhança, haveria ainda outros dois filhos, maiores de idade, que também nem sempre se encontravam na habitação.

A ocorrência foi registada pela PSP de Valongo, mas devido à natureza do crime a sua investiga-

ção ficou entregue à Brigada de Homicídios da Polícia Judiciária do Porto, que, no entanto, não adiantou quaisquer informações, a não ser a confirmação da "investigação de um homicídio seguido de suicídio".

Os Bombeiros Voluntários de Valongo transportaram os corpos para a morgue de Fafe, de onde foram encaminhados para os técnicos do Instituto de Medi-

NÚMEROS

MORTES

► O relatório da Amnistia Internacional (AI) relativo a 2010, divulgado em Maio, aponta para uma ligeira diminuição das vítimas de violência doméstica em Portugal. No entanto, o documento destaca os 43 homicídios registados pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) face aos 29 que ocorreram no ano anterior.

O PERFIL

► A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou em 2010 um total de 16 972 crimes, 13 866 relativos a violência doméstica. Quanto ao perfil das vítimas, 87% são mulheres, com idades entre os 26 e os 55 anos (26,1%). O autor do crime é casado (42,1%) e homem (81%).

na Legal, em Guimarães.

Durante a tarde de ontem, os moradores do edifício situado numa zona relativamente isolada de Susão, Valongo, não falavam de outra coisa. Embora a maioria garantisse que apenas conhecia o casal de "sair de manhã e entrar à noite", a frase saía quase sempre no mesmo sentido: "Era um daqueles casais que até pareciam que se davam bem."

A cada mês há dois homens violados

Só nos últimos dois anos, a PJ recebeu 42 queixas de vítimas do sexo masculino. Especialistas avisam que estes casos são apenas a 'ponta do icebergue'

Sónia Graça
sonia.graca@sol.pt

SEQUESTRADAS, torturadas e violadas, por vezes até à morte. Elas são as vítimas por excelência. Eles, por tradição, os que atacam, os predadores. Será sempre assim? Ninguém fala do assunto, mas o assunto está longe de ser um mito: todos os meses, em média, dois homens apresentam queixa por terem sido vítimas de violação, um dos crimes que mais tem aumentado nos últimos anos.

Os números da Polícia Judiciária (PJ) confirmam que as mulheres – cerca de 560 vítimas nos últimos dois anos – não são as únicas sacrificadas. Neste período, 42 homens, todos maiores de idade, quebraram o silêncio e denunciaram a situação às autoridades. Quase metade (19) tinha entre 21 e 30 anos.

Os agressores, também eles, todos do sexo masculino e maiores de idade. Entre as denúncias, apurou o SOL, há casos de abuso entre parceiros no quadro de uma relação amorosa, mas não só. À Polícia são relatadas agressões ligadas a vinganças e ajustes de contas por causa de dívidas. Foi assim com um pastor beirão violado, em 2009, pelo casal de patrões com uma cenoura. Ou com um jovem estupro, no ano passado no Algarve por um grupo de três rapazes por dívidas de droga.

Encontros fortuitos na noite

Outras vezes, tudo começa com encontros fortuitos na noite que acabam mal. Vítimas e violadores estranhos entre si, embalados

não raras vezes por excesso de álcool e drogas.

Nestes dois anos, apenas oito homens foram constituídos arguidos no âmbito de inquéritos-crime, contra 48 suspeitos que ficaram por identificar e punir.

Mitos, estigma e vergonha

«Se o sexo é uma arma usada para provocar mal-estar a uma mulher, por que não há-de ser contra um homem? Não se pode dizer que a violação masculina é necessariamente um fenómeno de homossexualidade; é sobretudo um acto de poder, que ocorre entre casais homossexuais e não só» – observa Cristina Soeiro, psicóloga da PJ,

que revela alguma «surpresa» com o número de denúncias masculinas.

«Culturalmente, é muito complicado para um homem admitir que foi violado», frisa Soeiro, que defende um estudo aprofundado sobre o tema para eliminar «mitos»: «Pensa-se que o homem é suficientemente forte para reagir; que se foi atacado foi porque consentiu; se faz queixa pode ser encarado como homossexual e teme que polícia e juízes não acreditem que foi vítima».

Em média, desde 1995 – ano em que a lei passou a contemplar a possibilidade de um homem ser violado – são reportados 30 casos por ano. Um número que fica muito aquém da realidade no Reino Unido, onde a Polícia investiga todos os anos mil casos (ver caixa).

Entre a vergonha e o silêncio, muitos optam pelo segundo. A prová-lo, o número de pedidos de ajuda que chegam à Associação de Apoio à Vítima (APAV). Entre 2002 e 2010, 29 ho-



Nos últimos dois anos, 60 homens foram sujeitos a perícias por queixas de violação

GETTY IMAGES



Dos 29 homens que pediram ajuda à APAV, só oito se queixaram à PJ

Polícia inglesa investiga mil casos por ano

QUALQUER pessoa, seja homem ou mulher, pode ser vítima de violação. À luz da lei portuguesa, desde 1995 que passou a ser considerado crime forçar alguém a praticar cópula, coito anal ou oral, ou introduzir partes do corpo ou objectos na vagina ou no ânus de outrem.

O Código Penal, lembra a especialista Cristina Soeiro, é «dos mais progressistas» da Europa nesta área: «Em Inglaterra, por exemplo, desde 1994 que um homem pode ser violado, mas apenas é considerada a penetração anal por pénis». Mas, ao contrário de Portugal, onde não há sequer estudos sobre o fenómeno, no Reino Unido – onde,

em média por ano, mil homens apresentam queixa por violação –, há dezenas de instituições exclusivamente dedicadas a apoiar estas pessoas. SurvivorsUK é uma delas: por ano aconselha mais de 150 homens e recebe mais de 2.500 chamadas para a linha de atendimento. Ainda em Abril deste ano, o jornal *The Guardian* relatava o caso de um polícia violado por outro homem, após uma noite de copos num bar.

Já nos EUA, curiosamente, o FBI considerava apenas possível a violação de mulheres. Aos olhos da lei, os homens são, no máximo, alvo de coacção sexual. SG.

mens tiveram apoio psicológico e jurídico confidenciais, mas destes apenas oito se queixaram à Polícia. Na maioria dos casos, não há qualquer relação entre vítima e agressor. «Tal como acontece às mulheres, muitas vezes estes crimes estão associados a outros, como roubos, ameaças e ofensas à integridade física», adianta Rosa Castro, psi-

cóloga da Associação, acrescentando que as vítimas desenvolvem «quadros depressivos e distúrbios de sono». Nenhum quis falar ao SOL, nem sob anonimato.

Universitários entre as vítimas

Quando a vítima é do sexo masculino, as estatísticas serão mesmo «a pontinha do icebergue», defende Duarte Nuno Vieira, presidente do Instituto de Medicina Legal: «Regra geral, no capítulo dos crimes sexuais, 50 a 90% das agressões nunca chegam ao conhecimento público. Os dados oficiais nunca reflectem senão 10 a 50% da realidade».

Portugal não é excepção. Basta ver que, nos últimos dois anos, 60 homens (27 em 2009 e 33 em 2010) foram sujeitos a perícias médico-legais na sequência de violações, quando, no mesmo período, a PJ recebeu ao todo 42 queixas. «Somos chamados a assistir muitas destas víti-

mas nas urgências dos hospitais. Acontece que, muitas vezes, a perícia é feita mas não tem andamento», aponta o médico.

O agressor, confirma, tende a ser homem. «Temos tido até casos de estudantes universitários, por vezes apanhados na rua e subjugados por um grupo de três ou quatro estranhos que os forçam a práticas sexuais».

A mais frequente é a penetração anal, com pénis ou objectos. «O diagnóstico assenta na entrevista, verificamos se a história contada é compatível com o que se vê». Nem sempre, porém, o exame ao vestuário e ao corpo é conclusivo: «Há muitas agressões que não deixam marcas. O coito oral raramente deixa lesões e mesmo as anais podem resultar de outras causas». Ainda assim, nesta matéria, garante Duarte Nuno Vieira, os homens não costumam mentir. «Já se sentem expostos de mais, quando falam não é a brincar».



ID: 36102082

18-06-2011

Registo de dez queixas de abusos sexuais no distrito em dois anos

Crianças estão a 'desarmar' pedófilos na região de Setúbal

Os últimos casos de pedofilia no distrito estão a chocar a opinião pública. Fizemos um rastreio e a situação é preocupante. O que vale é que há mais casos a sair do 'baú da vergonha'.

Roberto Soares

Um homem era um conhecido da família. Daqueles vizinhos com quem se fala mais e se acaba para partilhar mais cumplicidades. Não havia, aparentemente, motivo para se desconfiar das suas intenções. Ao ponto da mãe e a avó



Crianças e familiares estão cada vez mais atentos, e as denúncias sobem de tom

daquela criança de sete anos permitirem alguma intimidade com tal pessoa, na casa

dos 40 anos. Hoje oferecia bolachas, amanhã gomas, no outro dia morangos. Até ao

dia em que a menina lhes entrou pela casa a dentro, apavorada e com um relato contundente: O homem que julgavam ser "apenas amigo" da pequena, tinha acabado de a violar. Pela segunda vez.

O caso passou-se em pleno bairro da Fonte Nova (Setúbal) e fez subir para dez o número de queixas por abuso sexual na região que deram entrada na PJ, nos últimos dois anos. O suspeito viria a ser detido, após a queixa apresentada pela família da vítima e face ao risco de cometer novos crimes, mas seria libertado pelo Tribunal de Setúbal, sujeito a apresentações diárias na PSP e proibido de se aproximar da menina. Apesar de viver umas portas ao lado.

Moradores queriam linchar pedófilo

Terá sido agredido pelos moradores revoltados quando regressou a casa e desapareceu, segundo fontes policiais. Na rua onde vive, próximo de um infantário, ficou saber-se que, afinal, tem mais processos pendentes, enquanto a maior vítima desta história continua a ser acompanhada por técnicos da Segurança Social e por uma equipa de psicólogos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) não conhece este processo, mas considera que se inscreve nos padrões conhecidos, em que um vizinho se aproxima de uma família com um determinado objectivo.

Contudo, para João Lázaro, secretário-geral da APAV, estando em causa uma realidade preocupante, a denúncia da família «significa que há uma maior consciência de que as pessoas são vítimas e que precisam de ajuda», exorta, garantindo que a sociedade passou a estar «mais alerta para os crimes cometidos contra as crianças».

Fonte policial subscreve e acrescenta que as próprias forças de segurança «passaram a estar mais vigilantes e actantes contra estes crimes hediondos, que chegam a gerar grande instabilidade social.»

Agente da PSP começou a ser julgado

Terça-feira teve o início o julgamento de um agente da PSP, de 49 anos acusado de oito crimes de abuso sexual contra uma criança de quem era padrasto. L.T. é acusado de ter obrigado a menina de sete anos a friccionar-lhe o pénis em vários locais da casa onde residia com a mãe da menor, na Torre da Marinha (Seixal), mas também num armazém da polícia em Setúbal - Comando ao qual pertence e onde continua a prestar serviço - e até no interior de uma viatura daquela força de segurança.

O homem confirmou apenas dois dos crimes diante do tribunal, justificando que «foi um erro» do qual está arrependido e desmentiu os restantes abusos. Porém, foi a própria criança que identificou, diante das autoridades, os locais onde foi abusada, garantindo que numa das vezes estava fardado dentro de um "carro azul e branco".

Casos e mais casos, nenhuma prisão efectiva

Pelo distrito não faltam exemplos deste tipo de crime que fizeram notícia, mas dos quais ainda não se conhece nenhuma prisão efectiva, após trânsito em julgado.

ABRIL DE 2011 - Os moradores da rua Vasco Sameiro, em Corroios (Seixal) foram surpreendidos pelo relato de oito crianças, que garantem ter sido fechadas em casa de um vizinho, que tentou abusar delas. A população tentou linchá-lo. Detido, viria a ser impedido de se aproximar do distrito de Setúbal, a pedido da sua companheira, que tem uma filha de cinco anos.

JANEIRO DE 2011 - Um homem de 30 anos foi apanhado, em flagrante delito pela PSP, a abusar de um menino de dez anos na freguesia de Santo André, Barreiro. O abusador, desempregado, foi detido, mas viria a sair em liberdade, depois de ter forçado a vítima. O menino está com acompanhamento psicológico.

JULHO DE 2010 - Um homem de 47 esteve perto de ser linchado por populares na praia da Fonte da Telha, após assuspeitas de ter abusado de aproximadamente 15 crianças, sendo salvo por militares da GNR. O indivíduo levava os miúdos para a sua casa, obrigando-os a ver filmes pornográficos, enquanto se masturbava e tocava nas crianças.

FEVEREIRO DE 2010 - Uma criança ganhou coragem para contar que era violada há três anos por um vizinho, na Quinta do Conde, com quem ficava habitualmente enquanto os pais estavam no trabalho. O suspeito, de 55 anos, está em liberdade, acusado da autoria de um crime de violação e de diversos crimes de abuso sexual de crianças.

NOVEMBRO DE 2009 - Um homem conseguiu a tutela do filho, de 13 anos, em tribunal, mas acabaria por o violar. O menino aguentou meses em silêncio, até desabafar com amigos, que contaram aos pais. O pai ficou em prisão preventiva, acusado de diversos crimes de abuso sexual na forma qualificada, enquanto a vítima foi viver com a avó.

NOVEMBRO DE 2007 - Ao fim de seis anos de terror em casa, uma menina de 14 anos perdeu o medo e contou à professora que o pai, separado da mãe, a acordava de noite e a forçava ao silêncio com ameaças de morte. Depois violava-a. O irmão era agredido com correntes e confirmou tudo. A mãe lutou vários anos pela custódia dos filhos.



ID: 36102082

18-06-2011

Crianças abusadas apontam pedófilos

ABERTURA

Os contornos dos dois mais recentes casos de pedófilia no distrito estão a revoltar a opinião pública. Um agente da PSP que impelia a entada de sete

anos a friccionar-lhe o pénis, e um vizinho que, a troco de bolachas, molestava uma menina na Fonte Nova, em Setúbal, foram desmascarados pelas próprias

crianças. Nos últimos dois anos são dez os casos que chegaram às mãos das autoridades policiais. Mas não houve nenhuma prisão efectiva. PÁG. 2



O duplo-livro "PAR – Paixão, Amor, Romance", com a **parceria do Escapadelascom**, é um projecto editorial dividido em dois volumes - "Por Elas" e "Por Eles" - que reúne o contributo de oitenta figuras da nossa sociedade, que sugerem músicas românticas, receitas para jantares especiais a dois e escapadinhas únicas em Portugal, todas elas seguindo o mote dado por uma história romântica.

Tendo surgido numa iniciativa de António Murteira da Silva e Rui Costa e editado pela Bertrand, este é o livro ideal para oferecer a quem se ama. No "PAR – Paixão, Amor e Romance" encontrará ainda vouchers com descontos em vários locais, para poder mimar ainda mais aquela pessoa que lhe é tão

especial.

Este livro tem também uma componente de solidariedade social, uma vez que parte dos lucros reverte a favor da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Associação Raríssimas.

Link: [Bertrand](#)



GUIMARÃES | Idoso condenado a pagar 1000 euros por bater 40 anos na mulher

Quinta, 16 Junho, 07:28



0 tweets

tweet

Visto : 265 vezes

[Share / Save](#)

O Tribunal da Relação de Guimarães condenou a 13 meses de prisão, com pena suspensa, um septuagenário, natural de Felgueiras, por violência doméstica. O homem terá ainda que pagar mil euros, por danos não patrimoniais.

A instância deu como provado que o homem de 73 anos insultou, agrediu e ameaçou de morte a mulher de forma sistemática desde 1969 até Outubro de 2009.

A suspensão da pena prende-se com a proibição de contactar ou de se aproximar da mulher e de dar 500 euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).



Tribunal da Relação de Guimarães

FACTOS OCORRERAM DESDE 1969 ATÉ 2009

Segundo o tribunal, o arguido "agride fisicamente, insulta e ameaça de morte a mulher, sempre de forma sistemática, reiterada e sucessiva, desde pelo menos 1969 até pelo menos Outubro de 2009", quase sempre no interior da habitação do casal.

Ficou também provado que a 17 de Dezembro de 2008, na sequência de uma discussão e após ter sido abordada pelo arguido, a mulher, de forma não concretamente apurada, desmaiou e caiu por terra.

Para o tribunal, ficou igualmente provado que desde meados de Agosto de 2008 e até pelo menos Outubro de 2009, "de forma quase diária, sistemática, sucessiva e reiterada, o arguido, em tom sério, exaltado e elevado de voz e de forma intimidatória", insultava a mulher e ameaçava-a de morte.

Como a convivência com o arguido "se tornou insuportável", a vítima, em Outubro de 2009, saiu da casa de morada de família e foi viver com um seu filho, e, depois, para um quarto alugado a uma vizinha, tendo ainda instaurado uma acção de divórcio contra o arguido, mas acabou por desistir da mesma, "por vergonha".

Tags: [tribunal da relação de Guimarães](#) [violência doméstica](#)



Be the first of your friends to like this.

violência doméstica

Diário de Odivelas

Onde o seu concelho é notícia 24 horas por dia



Workshops Conversas em Rede

A partir do próximo dia 28 de Junho e até Novembro de 2011, a Câmara Municipal de Odivelas em parceria com a Rede Social, inicia um conjunto de Workshops intitulados "Conversas em Rede".

Estes Workshops têm como principal objectivo dinamizar a articulação entre os vários parceiros da Rede Social do Concelho de Odivelas; fomentar a partilha de conhecimentos e experiências entre as várias entidades com intervenção social no Concelho e divulgar à comunidade e a todos os interessados conhecimentos técnicos e metodologias de trabalho sobre temáticas específicas relacionadas com os grupos mais vulneráveis da população.

Têm como público-alvo, dirigentes e técnicos de entidades vocacionadas para a área social; técnicos que desenvolvem actividade no âmbito da intervenção social e à comunidade em geral.

Programação:

A Violência nos Idosos

29 Junho das 10h00 às 12h30

Auditório do CAELO

Entidade dinamizadora: APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Pesquisa

[Início](#) [Opinião](#) [Política](#) [Sociedade](#) [Economia](#) [Internacional](#) [Cultura](#) [Desporto](#) [Tecnologia](#) [Vida](#) [Multimédia](#)[Angola](#)

A cada mês há dois homens violados

por Sónia Graça

20 de Junho, 2011



Sequestradas, torturadas e violadas, por vezes até à morte. Elas são as vítimas por excelência. Eles, por tradição, os que atacam, os predadores. Será sempre assim? Ninguém fala do assunto, mas o assunto está longe de ser um mito: todos os meses, em média, dois homens apresentam queixa por terem sido vítimas de violação, um dos crimes que mais tem aumentado nos últimos anos.

Os números da Polícia Judiciária (PJ) confirmam que as mulheres – cerca de 560 vítimas nos últimos dois anos – não são as únicas sacrificadas. Neste período, 42 homens, todos maiores de idade, quebraram o silêncio e denunciaram a situação às autoridades. Quase metade (19) tinha entre 21 e 30 anos.

Os agressores, também eles, todos do sexo masculino e maiores de idade. Entre as denúncias, apurou o SOL, há casos de abuso entre parceiros no quadro de uma relação amorosa, mas não só. À Polícia são relatadas agressões ligadas a vinganças e ajustes de contas por causa de dívidas. Foi assim com um pastor beirão violado, em 2009, pelo casal de patrões com uma cenoura. Ou com um jovem estuprado, no ano passado no Algarve por um grupo de três rapazes por dívidas de droga.

Encontros fortuitos na noite

Outras vezes, tudo começa com encontros fortuitos na noite que acabam mal. Vítimas e violadores estranhos entre si, embalados não raras vezes por excesso de álcool e drogas.

Nestes dois anos, apenas oito homens foram constituídos arguidos no âmbito de inquéritos-crime, contra 48 suspeitos que ficaram por identificar e punir.

Mitos, estigma e vergonha

«Se o sexo é uma arma usada para provocar mal-estar a uma mulher, por que não há-de ser contra um homem? Não se pode dizer que a violação masculina é necessariamente um fenómeno de homossexualidade; é sobretudo um acto de poder, que ocorre entre casais homossexuais e não só» – observa Cristina Soeiro, psicóloga da PJ, que revela alguma «surpresa» com o número de denúncias masculinas.

«Culturalmente, é muito complicado para um homem admitir que foi violado», frisa Soeiro, que defende um estudo aprofundado sobre o tema para eliminar «mitos»: «Pensa-se que o homem é suficientemente forte para reagir; que se foi atacado foi porque consentiu; se faz queixa pode ser encarado como homossexual e teme que polícia e juízes não acreditem que foi vítima».

Em média, desde 1995 – ano em que a lei passou a contemplar a possibilidade de um homem ser violado – são reportados 30 casos por ano. Um número que fica muito aquém da realidade no Reino Unido, onde a Polícia investiga todos os anos mil casos (ver caixa).

Entre a vergonha e o silêncio, muitos optam pelo segundo. A prová-lo, o número de pedidos de ajuda que chegam à Associação de Apoio à Vítima (APAV). Entre 2002 e 2010, 29 homens tiveram apoio psicológico e jurídico confidenciais, mas destes apenas oito se queixaram à Polícia. Na maioria dos casos, não há qualquer relação entre vítima e agressor. «Tal como acontece às mulheres, muitas vezes estes crimes estão associados a outros, como roubos, ameaças e ofensas à integridade física», adianta Rosa Castro, psicóloga da Associação, acrescentando que as vítimas desenvolvem «quadros depressivos e distúrbios de sono». Nenhum quis falar ao SOL, nem sob anonimato.

sonia.graca@sol.pt

Notícia

21-06-2011 - 11:17

Penafiel: Seminário “Sentir o Voluntariado” incentivou e promoveu a prática do voluntariado no concelho

Enquadrado nas comemorações do Ano Europeu do Voluntariado, o Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Penafiel realizou no passado dia 17 de Junho, no Auditório Municipal, o seminário “Sentir o Voluntariado”.

O seminário contou com o contributo e intervenção de inúmeras individualidades ligadas a área do voluntariado a saber: Eleutério Alves, membro do Conselho nacional para a Promoção do Voluntariado; João Pimenta da Direcção do Banco Alimentar do Porto; Artur Borges, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; Júlio Magalhães Mesquita dos Bombeiros Voluntários de Penafiel; do médico Freire Soares, Presidente da Liga de Amigos do Hospital Padre Américo; Paulo Guedes, Coordenador do Voluntariado do Hospital padre Américo; Ana Castro Sousa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Paula Leite, coordenadora do banco Alimentar de Matosinhos.



Comentários

Não existem comentários.

[Adicionar](#)

Para Antonino de Sousa, Vereador do Pelouro da Família, Solidariedade, Habitação e Inclusão Social, “É de todo pertinente assinalar o ano internacional do Voluntariado. Falar de Voluntariado é falar de cidadania, é usar o tempo e prestá-lo aos mais necessitados. Este Seminário pretende dinamizar o voluntariado e impulsionar a sociedade penafidense nesse caminho. Neste momento sabemos que há cada vez mais jovens a associarem-se a esta nobre causa, mais precisamente no âmbito social e também na protecção civil com as nossas três corporações de bombeiros. Através deste seminário pretendemos também agradecer e louvar publicamente o trabalho de todos os voluntários que dia a dia lutam de corpo e alma por um mundo melhor.”

Alberto Santos, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, presente na abertura do Seminário, destacou “a importância da economia social, quer na criação de emprego, quer naturalmente no apoio que presta aos mais desfavorecidos. O querer fazer o bem e a realização pessoal continuam a ser os principais motivos que levam as pessoas a procurarem ser voluntárias e a ajudar o próximo, o que naturalmente é de louvar, ainda para mais numa época de grandes dificuldades e desafios sociais”.

O Ano Europeu do Voluntariado, decretado oficialmente pelo Conselho de Ministros da U.E (União Europeia), tem como objectivo incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela Comunidade, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais, criando condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na U.E. e aumentando a visibilidade das actividades de voluntariado.

Associado a esta efeméride, o seminário " Sentir o Voluntariado" pretendeu particularmente incentivar, melhorar e promover a prática do voluntariado no concelho de Penafiel, partilhando conhecimentos e sensibilizando as entidades locais e o público em geral para a prática do voluntariado.

Partilhar:      PARTILHAR    ...



NOTÍCIAS



Seminário “Sentir o Voluntariado” Incentivou e Promoveu a Prática do Voluntariado no Concelho de Penafiel

2011-06-22

Enquadrado nas comemorações do Ano Europeu do Voluntariado, o Banco de Voluntariado da Câmara Municipal de Penafiel realizou no passado dia 17 de Junho, no Auditório Municipal, o seminário “Sentir o Voluntariado”,



O seminário contou com o contributo e intervenção de inúmeras individualidades ligadas a área do voluntariado a saber: Eleutério Alves, membro do Conselho nacional para a Promoção do Voluntariado; João Pimenta da Direcção do Banco Alimentar do Porto; Artur Borges, da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; Júlio Magalhães Mesquita dos Bombeiros Voluntários de Penafiel; do médico Freire Soares, Presidente da Liga de Amigos do Hospital Padre Américo; Paulo Guedes, Coordenador do Voluntariado do Hospital padre Américo; Ana Castro Sousa da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e Paula Leite, coordenadora do banco Alimentar de Matosinhos.



Para Antonino de Sousa, Vereador do Pelouro da Família, Solidariedade, Habitação e Inclusão Social, “É de todo pertinente assinalar o ano internacional do Voluntariado. Falar de Voluntariado é falar de cidadania, é usar o tempo e prestá-lo aos mais necessitados. Este Seminário pretende dinamizar o voluntariado e impulsionar a sociedade penafidelse nesse caminho. Neste momento sabemos que há cada vez mais jovens a associarem-se a esta nobre causa, mais precisamente no âmbito social e também na protecção civil com as nossas três corporações de bombeiros. Através deste seminário pretendemos também agradecer e louvar publicamente o trabalho de todos os voluntários que dia a dia lutam de corpo e alma por um mundo melhor.”

Alberto Santos, Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, presente na abertura do Seminário, destacou "a importância da economia social, quer na criação de emprego, quer naturalmente no apoio que presta aos mais desfavorecidos. O querer fazer o bem e a realização pessoal continuam a ser os principais motivos que levam as pessoas a procurarem ser voluntárias e a ajudar o próximo, o que naturalmente é de louvar, ainda para mais numa época de grandes dificuldades e desafios sociais".

O Ano Europeu do Voluntariado, decretado oficialmente pelo Conselho de Ministros da U.E (União Europeia), tem como objectivo incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos pela Comunidade, pelos Estados-Membros e pelas autoridades locais e regionais, criando condições na sociedade civil propícias ao voluntariado na U.E. e aumentando a visibilidade das actividades de voluntariado.

Associado a esta efeméride, o seminário “Sentir o Voluntariado” pretendeu particularmente incentivar, melhorar e promover a prática do voluntariado no concelho de Penafiel, partilhando conhecimentos e sensibilizando as entidades locais e o público em geral para a prática do voluntariado.

SOCIEDADE : NA BIBLIOTECA DA MOITA ■ IGUALDADE DE GÉNERO EM REFLEXÃO

em 2011/6/27 0:10:00



A Rumo, através do Gabinete de Apoio à Vitima, vai dinamizar, no dia 28 de Junho, pelas 14:30h, na Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, na Moita, uma sessão de informação dedicada ao tema "Igualdade de Género". Esta sessão decorre no âmbito do Plano de Acção 2010/2011 do Conselho Local de Acção Social da Moita (CLASM) e é dirigida aos parceiros do CLASM e ao público em geral. As inscrições podem ser efectuadas através do e-mail redesocial@mail.cm-moita.pt ou pelo telefone

210891001.

EUA dão boa nota a Portugal no combate ao tráfico humano

Relatório. Departamento de Estado atribuiu o nível máximo nas políticas antitráfico

RUTE COELHO
e ALFREDO TEIXEIRA

O Departamento de Estado norte-americano, dirigido pela secretária de Estado Hillary Clinton, divulgou ontem o Relatório Anual sobre Tráfico de Pessoas no Mundo. O relatório classifica as políticas governamentais de todos os países no combate à escravidão e ao tráfico de seres humanos. Portugal obteve a classificação máxima, o nível um, situação que não acontecia desde 2005.

Entre 2005 e 2010 o país esteve classificado com o nível 2, que é atribuído quando os governos não fazem tudo o que está ao seu alcance para combater o crime de tráfico de seres humanos, como explicou ao DN Joana Daniel-Wrabetz, chefe de equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos, pertencente ao Ministério da Administração Interna (MAI). O crime de tráfico de seres humanos só consta do Código Penal português desde 2007.

"A mudança de nível [de 2 para 1] significa que, segundo o Departamento de Estado norte-americano, o Governo português cumpriu

os requisitos considerados fundamentais no combate ao tráfico de pessoas", comentou Joana Wrabetz. Segundo a responsável do OTSH, foram vários os passos que Portugal deu nos últimos anos no combate à escravidão e ao tráfico de pessoas. Um dos principais foi a "implementação de um Plano Nacional contra o Tráfico (já na sua se-

gunda versão), coordenado por um Relator Nacional". Outros contributos foram "a revisão do Código Penal e da Lei de Estrangeiros, mas também a criação de um Centro de Acolhimento e do próprio Observatório

do Tráfico de Seres Humanos, em finais de 2008". O relatório do Departamento de Estado americano refere que Portugal "proíbe o trabalho escravo e a exploração sexual através do artigo 160 (tráfico de pessoas) que prescreve penas de três a 12 anos, penas suficientemente severas e equivalentes às previstas para outros crimes graves como violação".

79 casos de tráfico

O Observatório do Tráfico de Seres Humanos detectou 79 casos de tráfico de pessoas para exploração sexual e laboral, entre 2008 e 2010. Só



A maior parte dos casos detectados pelo observatório nacional são de prostituição

no ano passado foram 22 e a tendência, segundo Joana Daniel-Wrabetz, é para "para aumentar nos próximos anos". A maior parte dos casos prende-se com os crimes de prostituição mas as situações de exploração laboral começam a aumentar. Das 22 vítimas sete são portuguesas.

No ano passado, o Observatório encontrou 86 potenciais vítimas: 22 foram confirmadas e localizadas na sua maioria nas regiões Norte e Centro do País. Relativamente aos restantes casos sinalizados, 29 enquadraram-se noutros crimes e 35 estão ainda em investigação.

de ofensas corporais ou crime de sequestro.

No julgamento que decorreu no Tribunal do Fundão o cenário foi diferente. O cabecilha, um homem de 34 anos, está a cumprir pena em Espanha por outro crime, e em sessão de julgamento apenas estiveram presentes os pais, de 66 e 67 anos, o que facilitou fazer prova e ditou a condenação do chefe do grupo a 20 anos de prisão, a mãe a 12 e o pai a oito.

Em Portugal o crime de escravidão é punido com uma pena de prisão que pode ir até aos 15 anos. "Se as autoridades estivessem mais atentas do outro lado da fronteira descobriam-se mais casos", diz o juiz José Avelino.

ALFREDO TEIXEIRA

CRONOLOGIA

► **1997** Grupo de portugueses e espanhóis ao serviço de grandes proprietários agrícolas, intensificam o aliciamento de portugueses para trabalhar em Espanha.

► **2000** Começam a surgir os relatos na comunicação social. Um dos primeiros casos aconteceu em Carraceda do Alvão, Vila Pouca de Aguiar.

► **2002** Um indivíduo com problemas de inserção social e grande debilidade mental é levado de Vila Real para a zona de Almudena.

► **2004** Em Janeiro foi julgado o primeiro caso em tribunais portugueses de uma rede de ciganos que se dedicavam ao rapto e envio de deficientes para Espanha.

► **2006** Mega operação leva a várias detenções.

► **2007** Polícia espanhola descobre mais 91 trabalhadores escravos (79 portugueses) na região de Navarra. Na operação foram detidos 17 angariadores.

► **2010** Um proprietário agrícola da Covilhã terá escravizado pelos menos 12 indivíduos em explorações em Espanha onde eram confinados a condições humanamente degradantes.

Recrutados em terminais e albergues

EXPLORAÇÃO Dos cerca de 70 mil portugueses a trabalhar em Espanha só 50 mil estão inscritos na segurança social daquele país. Em 2008, 26 portugueses e dois espanhóis foram detidos por gerirem uma rede de trabalho escravo. Na altura estimava-se que cerca de três mil portugueses eram explorados em trabalhos agrícolas em Espanha.

Os angariadores não primam por ser discretos. Recrutam as pessoas em terminais de autocarros ou albergues. Por vezes chegam mesmo a publicar anúncios em jornais. O trabalho é feito em condições desumanas.

As principais regiões espanholas que beneficiam desta mão-de-obra escrava são Navarra (Arguedas, Valtierra, Tudela, Milagro, Cintuénigo, Murchantes, Ribeira de Navarra), País Basco (Villabuena de Alava, Rincon do Soto, Logroño, La Rioja – onde têm desaparecido vários portugueses), Castela e Leão (Valladolid), Andaluzia (Huelva) e Aragão (Saragoça).

Os recrutados para trabalho escravo na agricultura são na sua maioria pessoas sem recursos oriundas de regiões de fronteira como Trás-os-Montes (Moncorvo, Chaves, Murça, Mirandela, Alfândega da Fé, Valpaços e Sendim) e das Beiras sobretudo do interior (Meda, Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda e Covilhã). A.T.

Escravidão é crime difícil de provar quando chega a julgamento

JUSTIÇA As condenações por este crime são difíceis de obter. O Tribunal do Fundão fez história ao condenar três pessoas por escravidão

Em 2010 foram detectados em Portugal 22 casos de tráfico de seres humanos, sete dos quais portugueses. As vítimas, com medo de falar pouco colaboram com a polícia na denúncia dos casos e raramente se consegue fazer prova em tribunal. A condenação de três pessoas no mês passado no Tribunal do Fundão a penas de oito a vinte anos foi inédita. "Nos últimos anos tivemos uns quatro processos deste género e as pessoas são sempre as mesmas", afirmou

ao DN o juiz José Avelino, presidente do colectivo que ditou as condenações.

Tantos os arguidos como as vítimas já tinham sido envolvidas em casos anteriores. Os angariadores de mão de obra para exploração laboral em quintas agrícolas espanholas são de etnia cigana. As vítimas são sem-abrigo, com problemas de álcool ou toxicodependentes. Quando o processo está a decorrer todos sofrem ameaças, tal como as suas famílias, e quando começa o julgamento "não abrem a boca". Quando muito os juízes podem condenar não pelo crime de escravidão – previsto no Código do Processo Penal desde 1982 e com punição agravada na revisão de 2007 – mas pelo crime

Armeiro apanha cinco anos de prisão

Porto

— O principal arguido de uma rede de tráfico de armas na Região Norte foi condenado, ontem, a cinco anos de prisão, naquela que foi a única pena efectiva aplicada no Tribunal de S. João Novo, no Porto. Trata-se de Manuel Soares, um antigo armeiro de Amarante, há muito referenciado pelo mesmo tipo de crime e que chegou a ser suspeito de ter fornecido ao gangue do Vale do Sousa a metralhadora usada na morte de um inspector da PJ, em 2001.

Os restantes sete arguidos tiveram sortes distintas. Cinco foram sentenciados a penas suspensas compreendidas entre um e quatro anos de prisão, com a condição de entregarem à APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), no período de seis meses, quantias entre os 500 e os 1500 euros. Além disso, tal como Manuel Soares – que se encontra em prisão domiciliária – ficaram todos proibidos de usar armas durante cinco anos.

Um sexto indivíduo, acusado apenas de posse de arma proibida, foi condenado a pena de mul-



Dois dos arguidos, ontem, em tribunal

ta e um sétimo, de idade avançada, acabou por ser absolvido.

A rede era acusada de importar armamento da Suíça e foi desmantelada pela Polícia Judiciária, em Outubro de 2009. Foram realizadas buscas em Amarante, Fafe, Vila Pouca de Aguiar, Mirandela e Vila Real e apreendidas oito mil munições e 33 armas, incluindo oito pistolas-metralhadoras, caçadeiras, carabinas, pistolas e armas de alarme transformadas em armas de fogo. N.S.

[EO Community](#) / [Regional](#) / [Internasional](#) / [Portugese](#) ▼ / **Guimarães : Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher**

Guimarães : Vinte meses de prisão, pena suspensa, para homem que agrediu a mulher

Post: #1

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a condenação a 20 meses de prisão, com pena suspensa, de um homem daquele concelho, trabalhador da construção civil, que agrediu a mulher com chapadas, murros e pontapés na cabeça.

O tribunal imputou ao arguido um crime de violência doméstica, ficando a suspensão da pena sujeita à condição de o homem proceder à entrega de mil euros à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

O arguido recorreu da decisão da primeira instância, alegando que apenas deveria ser punido por ofensas à integridade física simples.

No caso de o tribunal manter o crime de violência doméstica, o arguido pedia uma pena "reduzida ao mínimo" e "sem subordinação a nenhuma condição".

A Relação indeferiu o recurso e manteve a pena.

De acordo com os factos dados como provados pelo tribunal, o arguido, a 31 de Maio de 2008, "desferiu, de forma sucessiva e sistemática, um número não concretamente apurado de sapatadas na cara" da mulher, no interior da residência do casal.

Na madrugada de 01 de Junho, igualmente em casa, o arguido desferiu, de novo, "um número não concretamente apurado de chapadas na cara da ofendida, pedindo-lhe que admitisse que tinha um amante".

"A ofendida, para que o arguido parasse com tais agressões, acabou por dizer ao arguido - conforme era desejo deste - que 'tinha amantes'. Então, o arguido, ainda mais violento, desferiu pontapés na cabeça e murros dispersos pelo corpo da ofendida", refere ainda a sentença do tribunal.

Estas últimas agressões só cessaram com a intervenção de um filho do casal.

Segundo o tribunal, desde, pelo menos, 2006, que o arguido, emigrado em Espanha, tinha dúvidas quanto à fidelidade da ofendida.

A mulher saiu de casa, tendo estado acolhida durante nove meses numa Casa Abrigo.

A 18 de Novembro do mesmo ano, na Vara Mista de Competência Mista de Guimarães, onde se deslocara para tratar do processo de divórcio litigioso, a mulher foi insultada pelo arguido, que "também a tentou agredir com as mãos", gritando que a matava.

Populares e agentes da PSP que ali se encontravam impediram-no de "concretizar na sua plenitude os seus intentos", apenas tendo atingido "de leve" a cara da mulher.

O homem detinha, em casa, duas pistolas e várias munições ilegais, que foram apreendidas pela GNR.

Últimas **O melhor final de tarde possível**

por Bruno Silva em 29 Jun 2011 - 14:22



Num final de tarde que se prevê excelso, o Espaço APAV & Cultura vai acolher no dia 30 de Junho (amanhã), e pela primeira vez numa programação de valor, dois concertos. O que, por si só, seria meramente logístico não fosse esta gente tão essencial para a compreensão da música improvisada. De Manuel Mota já há muito que vimos a dizer as melhores e mais merecidas palavras : guitarrista sediado em Lisboa que tem vindo, há largos anos, a pavimentar uma abordagem idiossincrática de enorme riqueza tímbrica, harmónica e sensorial. Abraçando a improvisação livre como meio para o reordenamento das premissas mais puras dos blues ou do jazz, numa música profundamente singular e continuamente intrigante. Pedro Sousa e Gabriel Ferrandini são dois dos nomes mais activos do agora da música exploratória. Mais do que promessas (pela juventude), são já músicos com um impressionante percurso (disperso por projectos como Pão, Eitr, Motion Trio ou Red Trio) dotados de um léxico multiforme em ascendente criativa. Música urgente, onde o sopro caustico do saxofone de Sousa vai de encontro ao prodígio anímico da bateria de Ferrandini numa combustão feérica que faz do free algo essencial. As actuações têm início pelas 19h, nas instalações de sede da APAV, na Rua José Estêvão 135-A (ao Jardim Constantino), em Lisboa. E a entrada é gratuita.